

CENTRO UNIVERSITÁRIO SÃO CAMILO

Psicologia

Fernanda Aparecida Belem Bizarro

**UM OLHAR PSICOSSOCIAL SOBRE AS CONCEPÇÕES DO FEMININO NA
SOCIEDADE: UM ESTUDO COM MULHERES DE DIFERENTES GERAÇÕES
MORADORAS DE UMA COMUNIDADE DA ZONA OESTE DA CIDADE DE SÃO
PAULO**

São Paulo

2022

Fernanda Aparecida Belem Bizarro

**UM OLHAR PSICOSSOCIAL SOBRE AS CONCEPÇÕES DO FEMININO NA
SOCIEDADE: UM ESTUDO COM MULHERES DE DIFERENTES GERAÇÕES
MORADORAS DE UMA COMUNIDADE DA ZONA OESTE DA CIDADE DE SÃO
PAULO**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Psicologia do Centro Universitário São Camilo, sob orientação da Prof.a Dra. Vanda Lúcia Vitoriano do Nascimento, como requisito parcial para obtenção do título de Psicóloga.

**São Paulo
2022**

Ficha catalográfica elaborada pelas Bibliotecas São Camilo

Bizarro, Fernanda Aparecida Belem

Um olhar psicossocial sobre as concepções do feminino na sociedade: um estudo com mulheres de diferentes gerações moradoras de uma comunidade da zona oeste da cidade de São Paulo / Fernanda Aparecida Belem Bizarro. -- São Paulo: Centro Universitário São Camilo, 2022.

62 p.

Orientação de Vanda Lúcia Vitoriano do Nascimento.

Trabalho de Conclusão de Curso de Psicologia (Graduação), Centro Universitário São Camilo, 2022.

1. Classe social 2. Construção social 3. Gênero 4. Mulheres 5. Raça I. Nascimento, Vanda Lúcia Vitoriano do II. Centro Universitário São Camilo III. Título

CDD: 302

Fernanda Aparecida Belem Bizarro

**UM OLHAR PSICOSSOCIAL SOBRE AS CONCEPÇÕES DO FEMININO NA
SOCIEDADE: UM ESTUDO COM MULHERES DE DIFERENTES GERAÇÕES
MORADORAS DE UMA COMUNIDADE DA ZONA OESTE DA CIDADE DE SÃO
PAULO**

São Paulo, 16 de novembro de 2022.

Prof.a. Dr.a Vanda Lúcia Vitoriano do Nascimento (Orientadora)

Prof.a Me. Lydiane Regina Fabretti Streapco (Examinadora)

São Paulo

2022

DEDICATÓRIA

Dedico aquelas que fizeram possível minha caminhada até aqui;

Dedico aquelas que me criaram, educaram e me amaram;

Dedico aquelas que me ensinaram e me transformaram;

Dedico aquelas que me cativam e me inspiram a cada dia;

Dedico aquelas que me enchem de amor e esperança;

Dedico aquelas que me acompanharam e apoiaram;

Dedico aquelas que foram meu abrigo e paz;

Dedico aquelas que eu amo;

Dedico à minha irmã, mãe, avós, afilhada, madrinha, bisa, tias, prima, amigas e professoras.

AGRADECIMENTOS

Agradeço de todo meu coração as mulheres que participaram desta pesquisa e compartilharam comigo suas histórias, pensamentos, ideias, fragilidades e potencialidades. Agradeço pelo acolhimento e confiança. Agradeço o interesse, disponibilidade e presença. Agradeço nossas trocas, conversas inspiradoras e aprendizados. Agradeço por terem me ajudado a concretizar meu projeto, vocês foram essenciais.

Além disso, não poderia deixar de agradecer também aqueles que estiveram ao meu lado durante esta produção e foram todo suporte emocional que eu precisava.

Minha irmã, que além disso, também foi quem sempre me inspirou e despertou em mim um lado crítico.

Meu namorado, que acompanhou todos os meus passos, me escutou com calma, foi meu amparo nos momentos de angústia e amor no resto deles.

Meus amigos, pela parceria e por tornarem tudo mais leve.

Minha psicóloga, pelos encontros transformadores.

Minha vó, que tornou tudo isso possível.

E por fim, minha orientadora, por todo apoio, paciência, sabedoria e suporte ao trilhar comigo esta fase.

EPÍGRAFE

É hora de efetuar uma revolução nos modos das mulheres -hora de devolver-lhes a dignidade perdida- e fazê-las, como parte da espécie humana, trabalhar reformando a si mesmas para reformar o mundo.

(Mary Wollstonecraft)

RESUMO

As concepções sustentadas em modelos e representações do feminino estão presentes em nossa sociedade há tempos, a partir de simbologias antagônicas frutos de uma construção social que define o que é ser mulher, como devem se comportar, sentir, falar ou se vestir, e quando essas não correspondem a tais padrões são culpadas e julgadas. A pesquisa teve como objetivo principal compreender como as concepções do feminino ao longo da história refletem nas múltiplas possibilidades de ser mulher no mundo contemporâneo, a partir da discussão de gênero que envolve questões de classe e raça dentro de uma pesquisa de origem qualitativa. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com cinco mulheres, de diferentes gerações, residentes em uma comunidade na zona oeste da cidade de São Paulo. O referencial teórico-metodológico foram as práticas discursivas e produção de sentidos, alinhada com a abordagem construcionista social da Psicologia Social. Os resultados obtidos permitiram que fossem criadas quatro categorias analíticas, sendo elas: Vulnerabilidades e potencialidades, Papéis de gênero, Opressões e privilégios, e Mulher como sujeito de direitos. De acordo com as narrativas, falar sobre mulher na contemporaneidade é falar sobre transformações, esforços por direitos, lutas cotidianas, buscas de inserções cada vez maiores nos aspectos econômicos, sociais, políticos e culturais, numa sociedade com grande influência da cultura patriarcal. Espera-se que este estudo contribua para práticas da psicologia, incentive novas pesquisas e colabore na ampliação das discussões sobre o feminino em diversos contextos, para que assim, as mulheres possam cada vez mais reconhecer suas potencialidades e serem críticas frente a opressões, contribuindo para uma sociedade que se recuse a aceitar discriminações e violências com base no gênero.

Palavras-chave: Feminino; Mulheres; Gênero; Construção social; Classe; Raça; Psicologia Social.

ABSTRACT

The concepts supported by models and representations of the feminine have been present in our society for a long time, from antagonistic symbologies that are the result of a social construction that defines what it is to be a woman, how they should behave, feel, speak or dress, and when these do not meet such standards are blamed and judged. The main objective of the research was to understand how the conceptions of the feminine throughout history reflects on the multiple possibilities of being a woman in the contemporary world, based on the gender discussion that involves social class and race issues within qualitative research. Semi-structured interviews were conducted with five women, from different generations, living in a community in the west of the city of São Paulo. The theoretical-methodological framework was the discursive practices and production of meanings, aligned with the social constructionist approach of Social Psychology. The results obtained allowed the creation of four analytical categories, namely: Vulnerabilities and potentialities, gender roles, oppressions and privileges, and Women as subjects of rights. According to the narratives, talking about women in contemporary times is talking about transformations, efforts for rights, daily struggles, the search for ever greater insertions in economic, social, political and cultural aspects, in a society with great influence of patriarchal culture. It is hoped that this study will contribute to psychology practices, encourage new research and collaborate in expanding discussions about the feminine in different contexts, so that women can increasingly recognize their potential and be critical in the face of oppression, contributing to a society that refuses to accept discrimination and violence based on gender.

Keywords: Female; Women; Genre; Social construction; Social class; Breed; Social Psychology.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 OBJETIVOS	14
2.1 GERAL	14
2.2 ESPECÍFICOS	14
3 METODOLOGIA	15
3.1 PARTICIPANTES	15
3.2 PROCEDIMENTOS	17
3.2.1 Coleta de dados	17
3.2.2 Análise de dados	17
3.2.3 Riscos e benefícios	17
5 DESENVOLVIMENTO	19
5.1 O APAGAMENTO DA MULHER NA HISTÓRIA E SOCIEDADE	19
5.1.1 O predomínio e os resquícios do patriarcado	21
5.1.2 As multiplicidades, ambivalências culturais e o domínio do corpo feminino	22
5.2 FEMINISMO: PRECURSORAS E CONQUISTAS	23
5.2.1 Primeira onda	26
5.2.2 Segunda onda	29
5.2.3 Terceira onda	31
5.2.4 Quarta onda (?)	31
5.3 RELAÇÕES DE GÊNERO	33
5.4 INTERSECCIONALIDADE	35
6 RESULTADOS E DISCUSSÕES	37
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	50
REFERÊNCIAS	52
APÊNDICES	60
APÊNDICE A- Termo de consentimento livre e esclarecido	60
APÊNDICE B- Roteiro da entrevista semiestruturada	62

1 INTRODUÇÃO

As concepções sustentadas em modelos e representações do feminino estão presentes em nossa sociedade há tempos, a partir de simbologias antagônicas frutos de uma construção social que define o que é ser mulher, como ela deve se comportar, sentir, falar ou se vestir, e quando não corresponde a esses padrões ela é culpabilizada e julgada. Desde antes do nascimento dos bebês já são feitas atribuições e diferenciações de acordo com o sexo biológico e esses são criados conforme as definições sociais, por exemplo, meninos usam roupas azuis e ganham carrinhos, enquanto as meninas usam roupas rosas, lacinhos na cabeça e ganham bonecas. Apesar da existência de uma ideologia que busca naturalizar que as diferenças entre os papéis de gênero fazem parte de uma origem biológica, da essência de homens ou mulheres, essas desigualdades existentes são atribuídas pela sociedade, não tendo ligação alguma com diferenças biológicas. Ser homem ou ser mulher é uma construção social a partir de símbolos que fazem parte de um regime de discursos que configuram sujeitos. Neste sentido, é necessário criticar, desmontar estereótipos universais e valores tidos como próprios à natureza feminina (COLLING, 2014; BUTLER, 2010; ANDRADE, 2011; BARATA, 2009).

Ao longo da história, e por muitos anos, o lugar da mulher dependeu das representações de homens que foram por tempos os únicos historiadores e responsáveis pelas construções conceituais, assim, ao descreverem as mulheres, ocultaram sua condição e lugar como sujeitos, tornaram-nas invisíveis, criando hierarquias em que os dois sexos assumem valores diferentes, onde claramente o masculino é sempre superior ao feminino (COLLING, 2014). Marcadas como uma verdade universal, essas concepções transpassaram épocas estabelecendo símbolos de desigualdade e limitações da feminilidade que estão presentes até hoje em nossa sociedade. A mulher, como a dona do lar, cuidadora, sagrada, responsável pela perpetuação da vida e do prazer, como Afrodite na mitologia grega, ou seu oposto, debochada, sensual, como Eva, que além de sair da costela de Adão, foi a responsável pela queda da humanidade ao paraíso. Já os homens, os provedores e defensores da família, que ocupam lugares públicos e detém o poder (FARIA; NOBRE, 2003).

No entanto, ainda que tais concepções fossem realidade para muitas, inúmeras mulheres na história foram adversas e por diferentes motivos viveram o oposto de toda essa simbologia imposta. A discussão de gênero vai além, envolve questões de classe e raça, enquanto muitas mulheres brancas de classe média lutaram pelo direito de trabalhar ou de terem direito aos seus corpos, mulheres negras e pobres sempre trabalharam, sem garantia, em trabalhos precários, ocuparam espaços públicos, primeiro como escravas e depois na prestação de serviços domésticos ou como vendedoras ambulantes, além disso, seus corpos sempre foram vistos como objeto de desejo e sexualização. Sendo assim, diferentes mulheres, negras, índias, mestiças, pobres, trabalhadoras, reivindicaram uma diferença dentro da diferença, onde uma identidade diferenciada da de homem, não era suficiente para explicá-las (SOIHET; PEDRO, 2007).

Ainda que, devido aos padrões impostos, até os dias de hoje, o trabalho profissional de mulheres seja visto de forma complementar às atividades domésticas e a criação dos filhos. Não existem muitos serviços públicos ou serviços de apoio que se organizam para assegurar às mulheres condições de trabalharem fora. Dessa forma, muitas 'optam' por ocupações em que há maior flexibilidade de horários, o que resulta numa grande desigualdade na distribuição dos recursos e do poder na sociedade, entre homens e mulheres. Segundo a ONU, as mulheres executam 2/3 do trabalho realizado pela humanidade, recebem 1/3 dos salários e são proprietárias de 1% dos bens imóveis. Dos quase 1,3 bilhão de sujeitos que vivem na miséria, 70% são mulheres (FARIA; NOBRE, 2003).

Com pensamento crítico e questionamentos das certezas impostas às mulheres, a trajetória da história dessas, suas representações e movimentos é longa, muitas são as precursoras de tais lutas e discussões de gênero, como a francesa Olympe de Gouges que redigiu a Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã, ou Simone de Beauvoir, apesar de criticada por falar sobre uma mulher universal, com sua obra *O segundo sexo* (1948/2019) e a emblemática frase "Não se nasce mulher, torna-se mulher" (BEAUVOIR, 2019, p. 11). Como também mulheres que lutaram em momentos importantes na história do Brasil como Dandara dos Palmares, Lélia Gonzalez, Nísia Floresta, Laudelina de Campos Melo, Celina Guimarães Viana e Leila Diniz.

O gênero é usado em algumas línguas para qualificar indivíduos de sexos diferentes ou ainda coisas sexuadas. Nas ciências sociais o termo tomou outra conotação, significa a distinção entre atributos culturais alocados a cada um dos sexos e a dimensão biológica dos seres humanos (SOIHET; PEDRO, 2007). Das articulações entre psicologia e gênero, estudos apontam uma necessidade de maior sensibilização e ampliação de espaços para discussão, onde seja possível resistir às invisibilidades ainda tão persistentes nesse campo disciplinar de conhecimento (FRANCHINI, 2017).

O movimento feminista atual é um reflexo das transformações do feminismo 'original', predominantemente branco e de classe média, que se configura como um discurso múltiplo e de variadas tendências, embora com bases comuns. De acordo com Negrão, Prá e Toledo, "as feministas destacam que a opressão de gênero, de etnia e de classe social perpassa as mais variadas sociedades ao longo dos tempos. Esta forma de opressão sustenta práticas discriminatórias, tais como o racismo, o classismo, a exclusão de grupos de homossexuais e de outros grupos minoritários" (apud NARVAZ; KOLLER, 2006, p. 87). O feminismo é uma filosofia, um movimento social e político, que reconhece que homens e mulheres têm experiências diferentes e reivindica a equidade entre gêneros, por meio do empoderamento e rompimento de referências patriarcais. Existem diferentes intersecções do feminismo, como também diferentes fases, conhecidas como 'ondas', que ocorreram em épocas diferentes de acordo com as necessidades políticas e sociais de cada momento.

2 OBJETIVOS

2.1 GERAL

Compreender como as concepções do feminino, construídas ao longo da história, refletem nas múltiplas possibilidades de ser mulher no mundo contemporâneo.

2.2 ESPECÍFICOS

- Identificar os diferentes modos de ser, perceber e pensar questões relacionadas ao feminino narradas por mulheres de diferentes gerações em situação de vulnerabilidade social;
- Entender como as concepções do feminino construídas ao longo da história refletem atualmente nas escolhas e projetos de vida de mulheres de diferentes gerações;
- Analisar as multiplicidades de ser mulher no mundo e suas relações com gênero, raça e aspectos psicossociais e econômicos.

3 METODOLOGIA

A construção desta pesquisa é de origem qualitativa e, segundo este modo de pesquisa, a observação e análise do mundo empírico acontecem em seu ambiente cotidiano, a partir da perspectiva das pessoas envolvidas, considerando todos os pontos de vista relevantes. Os estudos qualitativos valorizam o contato direto e prolongado do pesquisador com o ambiente da situação que está sendo estudada (GODOY, 1995). Esta forma de abordagem tem sido valorizada, uma vez que permite que o pesquisador trabalhe com o universo de significados, representações, crenças, valores, atitudes, aprofundando um lado não perceptível das relações sociais e permitindo a compreensão da realidade humana vivida socialmente (GONÇALVES; LISBOA, 2007). As vantagens da pesquisa qualitativa está em ser eficaz no estudo de nuances sutis da vida humana e na análise dos processos sociais ao longo do tempo, além da oportunidade de explorar pressupostos que interferem na nossa compreensão do mundo social (KERR; KENDAL, 2013).

O principal interesse da pesquisa dentro da área da Psicologia Social é perceber os cruzamentos entre as estruturas sociais, os grupos, a cultura, a história e as relações que as pessoas constroem e as que passam a ser construídas por ela (GUARESCHI, 2008). Para estabelecer tais intersecções optou-se por utilizar o construcionismo social como forma de olhar o mundo. Na pesquisa construcionista, é possível compreender como os processos relacionais se constroem em determinados contextos sócio-histórico e cultural, como também as possibilidades de reconstrução nas relações. Ainda, nesta pesquisa assume-se que as realidades são sustentadas por processos sociais que envolvem diversas ações conjuntas e com isso é possível compreender a linguagem enquanto uma ação coordenada e não apenas como uma transmissão de sentidos (SPINK, 2010).

3.1 PARTICIPANTES

As participantes da pesquisa foram cinco mulheres, com idades entre 20 e 94 anos, moradoras de uma comunidade localizada na zona oeste da cidade de São Paulo.

Para a definição do tamanho da amostra de participantes levou-se em consideração o fato de ser uma pesquisa qualitativa e exploratória, como também os objetivos do estudo, para que o número expressasse de maneira diversa a trajetória do grupo social pesquisado.

Tabela 1: Informações pessoais segundo as entrevistadas

1º entrevistada (E.)	35 anos; autodeclarada negra; católica; solteira; mãe de 3 filhos; trabalha como doméstica e atualmente desempregada; curso colegial incompleto e beneficiária de programa social do governo.
2º entrevistada (A.)	20 anos; negra; católica; trabalha como operadora de caixa e está atualmente afastada; estudante de direito; solteira e sem filhos.
3º entrevistada (U.)	45 anos; parda; católica; curso colegial incompleto; trabalha com 'bicos'; casada e mãe de 3 filhos.
4º entrevistada (R.)	94 anos; negra; católica; viúva, mãe de 9 filhos; curso colegial incompleto e trabalhou como cozinheira até os 73 anos.
5º entrevistada (A.)	59 anos; negra; católica; solteira e sem filhos.

Critério de inclusão e exclusão: a divulgação da pesquisa e convite às participantes ocorreu por intermédio da presidente da associação de moradores e de uma das moradoras. Assim, a indicação delas foi um critério para composição da amostra, que considerou que nenhuma participante se encontrava com algum comprometimento psicológico que nos impediria de abordar o tema da pesquisa. Ainda assim, caso fosse identificada alguma participante com transtorno de saúde mental seria avaliada a possibilidade de participação e observado se ela se encontrava em tratamento regular com profissional especializado, o que não foi o caso.

3.2 PROCEDIMENTOS

3.2.1 Coleta de dados

Após indicação da presidente da associação de moradores e de uma das moradoras da comunidade, as entrevistas foram previamente agendadas com esclarecimento dos objetivos e procedimentos da pesquisa, conforme dia e horário disponíveis para as participantes, que foram entre os meses de agosto e setembro de 2022, nas casas das próprias participantes, em local indicado por elas. Inicialmente foi apresentado o TCLE (Apêndice A) para as mulheres interessadas em participar e, após consentirem, as entrevistas foram realizadas pela aluna pesquisadora. Com o consentimento das participantes, os áudios das entrevistas foram gravados para posterior transcrição e análise.

As entrevistas semiestruturadas seguiram um roteiro (Apêndice B) com perguntas abertas e teve uma duração média de 36 minutos. Não ocorreram muitas interrupções, apenas em dois momentos, por pessoas das famílias das participantes.

3.2.2 Análise de dados

Para análise das informações obtidas com as entrevistas, foi realizada a transcrição sequencial, para identificação dos temas das falas das entrevistadas e criação de categorias analíticas, e integral das falas das participantes¹ e da entrevistadora, que foram analisadas por meio da perspectiva das práticas discursivas e produção de sentidos proposta por Mary Jane Spink, alinhada com a abordagem construcionista social na Psicologia Social. Na análise e discussão foram feitas articulações com a bibliografia feminista da revisão da literatura.

3.2.3 Riscos e benefícios

De acordo com a Resolução CNS n. 510/2016 as participantes foram convidadas e voluntárias nesta pesquisa. Inicialmente foram informadas e esclarecidas sobre os objetivos e procedimentos da pesquisa, sua forma de

¹ A transcrição integral de cada entrevista será entregue à respectiva participante entrevistada. Já no capítulo de Resultados e Discussão serão destacadas falas de acordo com a categoria analítica.

participação, riscos e benefícios, por meio da leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). As entrevistas foram confidenciais e todas as precauções foram tomadas para que as identidades fossem mantidas em sigilo e usadas apenas com fins desta pesquisa.

O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa, Parecer n. 5.559.262 e CAAE: 57362622.8.000000.0062

O risco foi considerado baixo, pois caso as participantes se sentissem desconfortáveis ou mobilizadas durante a entrevista diante dos assuntos abordados, elas poderiam se recusar a responder qualquer pergunta com a qual não se sintam à vontade e foi o que ocorreu em um determinado momento com a primeira entrevistada.

A pesquisadora esteve à disposição para acolher e auxiliar no encaminhamento e acesso a atendimento psicológico, com garantia de gratuidade, no Serviço de Psicologia do Centro Universitário São Camilo (Clínica Escola – Rua Raul Pompéia, 144 - Vila Pompéia. São Paulo - SP. Fone: ((11) 33553929). Mas tal encaminhamento não foi necessário.

Como benefício, as participantes terão acesso aos resultados da pesquisa para conhecer como outras mulheres pensam e se sentem. As questões abordadas na entrevista poderão ainda proporcionar reflexão sobre a experiência da participante e de outras mulheres que ela conheça. As participantes também puderam perguntar ou pedir orientações às pesquisadoras, o que não ocorreu.

5 DESENVOLVIMENTO

Este capítulo tem como intenção percorrer histórias de diversas mulheres, lutas diárias, teorias e conceitos de extrema importância ao longo dos tempos e, principalmente, atualmente. Portanto, este desenvolvimento ficou dividido em quatro temas, sendo eles:

- O primeiro, que discute sobre o *apagamento das mulheres na história e sociedade* e o domínio geral sob elas, a partir de um sistema patriarcal;
- O segundo, intitulado como feminismo: *precursoras e conquistas*, que destaca diferentes momentos da história e exalta mulheres que articularam na teoria e na prática, um conjunto de reivindicações por uma vida mais justa, criticando destinos impostos pelo patriarcado;
- O terceiro, que discute o entrelaçamento entre questões de gênero, raça, classe e diferentes formas de opressão, fundamentado no conceito de *interseccionalidade*;
- O quarto e último, problematiza as construções heteronormativas que impõe *papéis de gênero*.

5.1 O APAGAMENTO DA MULHER NA HISTÓRIA E SOCIEDADE

Toda história possui variações significativas, dependendo de quem as relata. Predominantemente, foram homens que narraram as histórias de mulheres, e ainda hoje, esforçam-se para silenciá-las e dar continuidade a essas narrativas, isso porque em muitos contextos culturais estiveram em um lugar de poder, iam para guerras e caçavam, portanto, dominavam pela imposição da força. Eles que contavam as histórias e as mulheres eram excluídas, logo, falar de mulher na história significa falar sobre reparar essa exclusão, apesar de ser difícil procurar a presença feminina em espaços reservados aos homens.

Segundo Scott (1992), nas primeiras tentativas de tal reparação, sentimentos ambíguos surgiram, devido ao fato de que a suplementação da história com informações sobre as mulheres representava afirmar que os historiadores do passado tinham domínio parcial dos fatos, além de colocar em caráter aquela disciplina. O que se tornou um grande desafio, pois além dessas mulheres não

poderem ser adicionadas com facilidade, também é necessário que sejam feitas remodelações de termos, padrões e hipóteses que passaram a ser a história universal no passado, pois este momento da história incluía em sua própria definição a exclusão das mulheres. Ainda de acordo com Scott, "As mulheres estão ao mesmo tempo adicionadas à história e provocam sua reescrita; elas proporcionam algo extra e são necessárias à complementação, são supérfluas e indispensáveis" (SCOTT, 1992, p.76). Neste processo, contribuições entre o movimento feminista e a história foram imprescindíveis, porém, as mulheres foram entendidas de forma homogênea, considerando apenas sua posição feminina biológica e desvalorizado os diferentes papéis e contextos (SOIHET; PEDRO, 2007).

Apesar das importantes contribuições e discussões de Simone de Beauvoir e de Virginia Woolf, sobre a questão da mulher nas décadas de 1920 e 1940, apenas a partir da década de 60 do século XX, que a história delas surgiu como um campo notório e com destaque, movida pela energia depositada na luta por direitos civis. Portanto, ainda é emergente que os focos sejam direcionados para a história da mulher, pois sua trajetória tem sido marcada, ao longo do tempo, por apagamentos, junto a processos interrompidos, consequentes de transformações sociais, econômicas e políticas vividas na sociedade.

Dito isso, surgem questionamentos acerca dessas relações de poder e hierarquia, como a necessidade em compreender os motivos da sociedade diferenciar a tal ponto homens e mulheres, entender seu contexto histórico e quando tudo isso aconteceu.

Dessarte, ao falar sobre a mulher dentro da sociedade, cultura ou civilização é imprescindível que se volte o olhar para uma leitura histórica, em que no desenvolvimento de pequenos grupos de pessoas, com atribuições de espaços, tarefas e costumes que os sistemas de gênero, suas desigualdades e "definições de papéis" começaram a ser atribuídos. A caça e a coleta de alimentos compunham um sistema desigual entre homens e mulheres, que apesar de uma divisão de tarefas, a do homem sempre foi vista como a mais importante, com o passar do tempo e a predominância da agricultura o domínio masculino foi beneficiado. Além disso, à medida que as taxas de natalidade cresciam, as mulheres eram responsáveis pelo nascimento, aleitamento e cuidados com as crianças, questões que demandavam

sobrecarga de tarefas e afetos. Dessa forma, gradativamente, as vidas das mulheres passaram a ser definidas e relacionadas com a gravidez e os cuidados maternos. Sendo o cenário ideal para a constituição do patriarcado.

5.1.1 O predomínio e os resquícios do patriarcado

Segundo Morgante e Nader (2014) o uso do termo "patriarcado" deve ser utilizado na forma substantiva, como um sistema de dominação e exploração das mulheres, valorizando seus contextos histórico e geográfico, para que seja possível a visualização de que esse domínio não está apenas no âmbito trabalhista, na mídia ou na política, mas sim na dinâmica social como um todo e, inclusive, presente no inconsciente de homens e mulheres.

Nas sociedades patriarcais, os homens eram considerados criaturas superiores e tinham seus direitos legais garantidos, enquanto as mulheres nem os possuíam, além de também não possuírem direitos sobre si, seu corpo, sua sexualidade ou seus desejos. Essas sociedades patriarcais tinham como prioridade enfatizar que as mulheres eram frágeis e inferiores, insistindo que deveriam ocupar um lugar de zelo, com atividades domésticas e cuidado dos filhos. Incluindo o fato de que algumas culturas adotaram o infanticídio, de meninas em sua maioria, com a justificativa de "controle de natalidade" (LERNER, 1986; WOLLSTONECRAFT, 2016; FAVERIN, et al., 2022; PEREIRA, et al., 2019).

O patriarcado foi cruel, poderoso, amplo e duradouro; o que causava medo, intimidação e mantinha as mulheres cada vez mais afastadas de possíveis manifestos, enquanto os homens estavam cada vez mais favorecidos com seu crescimento no poder em diversos lugares, inclusive políticos.

No contexto brasileiro, quando aqueles que já habitavam seu território foram invadidos e colonizados, o sistema de família foi instaurado baseado no modelo patriarcal. Quando se fala sobre colonização, algumas pessoas consideram que todas suas questões ficaram no passado, mas não, estes fatos históricos geraram ecos e reflexos perceptíveis até os dias atuais.

Diversos exemplos poderiam ser citados, mas foi selecionado apenas um, devido à sua proporção e repercussão que atingiu entre as mulheres. Em 2016, uma matéria da revista *Veja* foi publicada com o título: "Marcela Temer: bela, recatada e

'do lar"', em que foi referido como os comportamentos dela eram os esperados e valorizados em uma mulher, destacando a necessidade de agradar ao homem, onde no final está a frase: "Michel Temer é um homem de sorte" (LINHARES, 2016). Sem mais, percebe-se que apesar de alguns avanços, a mentalidade patriarcal e machista perdura nos discursos de homens e mulheres, nas práticas sociais.

5.1.2 As multiplicidades, ambivalências culturais e o domínio do corpo feminino

Para falar a respeito de história e sociedade, é preciso ir além e discutir sobre cultura. Na luta das mulheres, as religiões, tanto politeístas quanto monoteístas, sempre estiveram envolvidas no destaque e incentivo de censuras e atribuições de tarefas de acordo com os gêneros. Sendo possível dizer que, em sua maioria, as culturas, tradições e religiões fazem parte de um sistema patriarcal.

O imaginário cultural e o inconsciente coletivo² ainda reforçam essas ideias de que a atuação feminina é e deve ser limitada, assim como outras definições incoerentes que dizem a respeito da natureza feminina, como as deusas e geradoras de força, diretamente associadas a fecundidade, a mãe gentil e doce, a mulher recatada que tem postura elegante e não fala palavrões, da "Amélia que era mulher de verdade", como na música cantada por Roberto Carlos. Em contrapartida, há a mulher desvalorizada por lhe serem atribuídas ideias de ser incapaz, burra, sexualizada e valorizada apenas por seus traços físicos, vista como sensual e responsável por perpetuar o prazer, como a Afrodite na mitologia grega, ou como Eva, a responsável pela queda da humanidade ao paraíso. Duras ambivalências entre a puta ou a santa.

Conseqüentemente, aspectos do multiculturalismo já foram usados como justificativa para crimes, violências, objetificação e o controle do corpo feminino. Este, entendido como objeto de prazer do homem e de sua dominação, que persiste desde o período colonial, a partir da apropriação de corpos indígenas e africanos.

² Inconsciente Coletivo, um dos conceitos centrais da teoria analítica, proposta por Carl Jung, que remete a ideia de que nosso inconsciente é repleto de ideias e impressões em torno de temas significativos vividos pela humanidade desde os ancestrais e ainda nos contextos atuais e em cada ser humano (JUNG, 2016)

Cultivando e perpetuando a cultura do estupro, opressão, abuso de força e violências.

Mulheres já foram impedidas de saírem nas ruas descobertas para não serem desrespeitosas com seus pais ou maridos, já precisaram reprimir ou desconhecer sua sexualidade, enquanto seus maridos tinham diversas experiências, como na canção "Mulheres", de Martinho da Vila, ou também, fossem sujeitas às mais variadas formas de abuso em nome dessas práticas. Infelizmente, muitas mulheres ainda enfrentam desafios, imposições e prejuízos em suas vidas. Mundialmente, no ano de 2022, muitas notícias envolvendo mulheres, culturas e religiões, foram e continuam sendo destaques diariamente. No site da Organização das Nações Unidas-mulheres (ONU), é possível acompanhar diversas, como a preocupação de mulheres com a obrigatoriedade do uso de burca no Afeganistão ou o fato do Talibã tentar excluir meninas e mulheres de uma vida pública.

As diversas religiões seguem escrituras, que são nomeadas como sagradas por seus seguidores, como a bíblia, que é o texto central do judaísmo e cristianismo. Segundo o IBGE (2020) 50% da população no Brasil segue a religião católica, enquanto 31% a evangélica, portanto, a maioria da população compreende que esses textos são sagrados. Em suas escrituras estão presentes discursos aversivos e humilhantes referentes às mulheres: *"É melhor a maldade do homem do que a bondade da mulher: a mulher cobre de vergonha e chega a expor ao insulto"* (Eclesiastes 42:14). Como também: *"..pois assim como a traça sai das roupas, assim a malícia do homem vem da mulher"* (Eclesiastes, 42:13). Ainda, é necessário destacar que apesar de vivermos hoje em um estado laico, existem atitudes como as do Presidente da República que utiliza da religião como argumento de suas posições, sendo seu slogan a frase: *"Brasil acima de tudo e Deus acima de todos"*.

Dito isso, é preciso que os sujeitos estejam atentos e críticos em relação às suas decisões e às questões que lhes são impostas.

5.2 FEMINISMO: PRECURSORAS E CONQUISTAS

Em um sentido amplo, em diferentes momentos da história, mulheres articularam na teoria e na prática, um conjunto de reivindicações por uma vida mais justa, criticando destinos impostos pelo patriarcado. Muitas foram as precursoras de

tais lutas e discussões de gênero que desafiaram o poder de suas épocas e assumiram duras consequências. Embora seus escritos e ações tenham destacado a importância das discussões dos direitos das mulheres na agenda política ocidental, apenas em meados do século XIX, em especial na Europa e Estados Unidos, que o mundo começou a ver o nascimento de um movimento feminino organizado (RABELO, 2022).

Entre muitas delas, destaca-se a francesa Olympe de Gouges (1748-1793), pseudônimo de Marie Gouze, uma vanguardista e dramaturga que defendia a emancipação das mulheres e redigiu a Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã, que tinha como referência um dos documentos simbólicos da Revolução Francesa, de 1789, a *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão*, que pouco dizia sobre os direitos das mulheres e ela fez como forma de convidar mulheres a lutarem por seus direitos. Em suas peças conclamava: “Ó mulheres! Mulheres, quando deixareis vós de ser cegas?” Olympe engajada nas lutas políticas e sabendo que o teatro era um lugar privilegiado para disseminação de novas ideias, criou sua própria companhia e claro, recebeu diversas ameaças de morte e censura em suas peças, que discutiam na maioria das vezes questões raciais e de gênero. Felizmente, essas críticas a impulsionaram a se engajar cada vez mais nessas pautas (VILLAMÊA, 2016). Lamentavelmente, em 1793, Olympe foi guilhotinada em Paris.

E Mary Wollstonecraft (1759-1797) uma intelectual libertária inglesa, segunda de sete filhos de uma família que empobreceu, filha de um pai alcoólatra e violento, trabalhou como governanta e de suas experiências escreveu romances. Mary exigia justiça para as mulheres excluídas do papel de cidadãs na Constituição Francesa e escreveu o texto *Reivindicação Dos Direitos Da Mulher*, além disso enfrentou nomes como Jean Jacques Rousseau. Wollstonecraft morreu aos 38 anos, de infecção pós-parto, deixando um grande legado (WOLLSTONECRAFT, 1792).

Assim como se destacaram Gouges e Wollstonecraft, devem ser reconhecidos os feitos de Lucretia Mott (1793-1880) e Elizabeth Cady Stanton (1815-1902), mulheres com interesse nas questões abolicionista e sexista, que viviam dilemas de mulheres brancas de classe média. Cady, desde sua juventude, desafiava os padrões, realizava tarefas feitas pelos meninos e estudava bastante.

Com o passar do tempo, casou e teve filhos, porém, a partir de um momento, compreendeu que o casamento e a maternidade estavam a impedindo de realizar seus sonhos, quando convocou uma convenção de mulheres em Seneca Falls. Entre as pessoas que participaram, existia uma única desavença e era em relação à proposta de sufrágio, além disso, o foco enfático da convenção era sobre a institucionalização do casamento e seus diversos prejuízos. "Ao final, aprovaram uma Declaração de direitos e sentimentos que fazia referência à Declaração de independência dos Estados Unidos para repudiar a dominação masculina existente" (RABELO, 2022, p.3).

Porém, apesar das boas intenções, a convenção só propunha análises da condição feminina daquelas mulheres que pertenciam à mesma classe social das autoras do documento. Ainda, mulheres operárias, antes mesmo da convenção, em 1820, já organizavam paralisações e greves contra a dupla pressão existente. De todas as mulheres presentes na convenção, a única que viveu para exercer seu direito ao voto foi Charlotte Woodward (1830-1921), que havia comparecido na convenção com a intenção de melhorar sua condição de trabalhadora, pois fazia luvas, escondida em sua casa e seu lucro ia diretamente para as mãos de seu marido.

Portanto, para evidenciar as mulheres que levantavam questões de classe e raça para além do gênero no início desses movimentos de reivindicações das mulheres, é fundamental destacar a autora Angela Davis (2016), filósofa, escritora, professora e ativista, que luta desde a década de 1960 pela causa feminista e negra. Apesar das organizadoras da convenção em Sêneca serem envolvidas com a abolição, não havia nenhuma mulher negra participando e nem mesmo sendo mencionada nos documentos. Neste sentido, as irmãs Grimké criticavam o fato de que na sociedade antiescravagista feminina as mulheres negras eram excluídas. Davis (2016) também destaca que dois anos após Seneca, houve a primeira Convenção Nacional pelos Direitos das Mulheres, que contava com a presença de Sojourner Truth (1797-1883), uma abolicionista e ativista dos direitos das mulheres afro-americana, que nasceu escravizada e foi a única a responder provocações e zombarias de homens, com seu discurso "*Não sou eu uma mulher?*" Com ele, foi capaz de silenciá-los e deixar mulheres com olhares de admiração.

Nem todas as mulheres precursoras eram brancas, de classe média ou burguesia, Truth era negra, ex escrava e esses fatos não a tornava menos mulher que as outras (DAVIS, 2016; NOGUEIRA, 2017).

Sendo assim, na segunda metade do século XIX começaram a surgir tais associações, convenções e organizações de mulheres para tratar dos temas da desigualdade de gênero. Adiante, surgiram aprimoradas reflexões com os escritos de Simone de Beauvoir (1908-1986), Joan Scott (1941), entre outras.

No Brasil, destaca-se Nísia Floresta (1810-1885) que foi uma das primeiras mulheres a fazer ponte entre os pensamentos feministas que surgiam nos Estados Unidos e na Europa. Além de mulheres que lutaram em momentos importantes na história do Brasil, como Leolinda Dalto, Almerinda Gama, Celina Guimarães e Bertha Lutz, Dandara dos Palmares, Lélia Gonzalez, Nísia Floresta, Laudelina de Campos Melo, Celina Guimarães Viana e Leila Diniz.

Portanto, falar sobre mulher é falar sobre uma constante busca por transformações, assumir incômodos frente a fatos históricos e acreditar que essas condições devam ser transformadas radicalmente, pois lembrar do passado é responsabilidade de quem está comprometido em construir um futuro diferente.

A partir de incômodos e das diferentes intersecções do feminismo, em seguida serão abordadas as diferentes fases, conhecidas como 'ondas', que ocorreram em épocas diferentes de acordo com as necessidades políticas e sociais de cada momento.

5.2.1 Primeira onda

Desenvolver o feminismo utilizando o substantivo "onda" não é muito acordado entre autores. Segundo Nogueira:

Existem alguns problemas nesta conceitualização por duas razões. Por um lado, pensar em ondas pode dar origem a uma tendência reducionista simplificadora da diversidade de perspectivas e posicionamentos salientando uma ou duas ideias, de regra as mais consensuais; e, por outro lado, pode dar a ideia de que as abordagens, discussões e teorias de cada uma dessas ondas foram sucessivamente "ultrapassadas" pelas ondas seguintes. Assim, o problema de conceitualizar os movimentos feministas em ondas pode servir para obscurecer certas agendas políticas e certas histórias. E pode ser reducionista, desde logo porque a primeira

onda é pensada essencialmente como sinônimo de sufrágio, e desta forma os feminismos iniciais são reduzidos apenas a um tema – o direito ao voto. (NOGUEIRA, 2017, p. 7)

Apesar de tais conflitos presentes na contextualização da teoria feminista, neste trabalho será adotado este termo, com a intenção de que seja compreendido como uma ideia de fluxo de pessoas e movimentos, assim como Nogueira (2017). Além disso, é importante destacar que não há precisão em relação às datas exatas dos acontecimentos.

A primeira onda do movimento ocorreu entre o final do século XIX e começo do século XX. Perdurou em todo o mundo e destacou-se por ser uma luta pelo direito civil e político ao voto, sendo um movimento conhecido como Sufrágio. Além disso, neste movimento as mulheres também reivindicavam os direitos femininos à educação, ao trabalho, divórcio e participação na política. Evidenciando o fato de ser um movimento liderado por mulheres brancas e em sua maioria burguesas, já que grande parte das mulheres de outras classes já trabalhavam. Ademais, a luta dessas mulheres também implicou diversas consequências, tanto rejeições familiares e da sociedade, quanto torturas.

Nesta luta, o direito pela educação era imprescindível, pois um dos principais fatores que mantinham as mulheres afastadas do mundo político, era o educacional. Desde a criação das escolas, o currículo das meninas era diferente dos meninos. O que faz com que Wollstonecraft (ano) defenda que elas deveriam ter o mesmo ensino, que não estudassem apenas para serem "esposas ideias", mas sim, em sua Reivindicação dos direitos da mulher (1792) escreveu:

Declaro acreditar firmemente que todos os escritores que têm tratado do tema da educação e das maneiras femininas, desde Rousseau até o dr. Gregory, têm contribuído para tornar as mulheres mais artificiais e de caráter mais fraco do que elas realmente são; e, conseqüentemente, membros mais inúteis da sociedade. (Edição comentada do clássico feminista, p. 42)

No contexto mundial, o movimento inglês ocorreu pouco antes da Primeira Guerra Mundial, liderado por Emmeline Pankhurst (1858-1928), dramatizado e interpretado no filme *As Sufragistas* (2015), em que a protagonista Maud Watts fazia

parte da classe trabalhadora, assim como muitas outras mulheres, e seguia padrões impostos pela sociedade patriarcal. Apenas quando presencia tumultos e movimentos causados por mulheres que clamavam pelo sufrágio, passa a questionar-se sobre sua atual situação. No decorrer do filme, é possível ver como as condições de trabalho oferecidas para as trabalhadoras do sexo feminino era precária, como má infraestrutura, abusos verbais e sexuais por parte de seus chefes, além da saúde física colocada em risco devido aos gases emitidos pelas máquinas.

Portanto, o filme demonstra como a luta dessas mulheres foi revolucionária e capaz de mobilizar e também dividir a ação das mulheres da época. Fundamental para a consolidação de um posicionamento político no sentido de incluir essas mulheres e emancipá-las (GURGEL, 2010).

Ainda nesta luta pelo sufrágio, no Reino Unido, em 1913, a feminista Emily Davison na tentativa de manifestar-se, sofreu um trágico acidente na corrida de cavalo em Derby e faleceu (PINTO, 2010). Mas seu feito levou milhares de mulheres às ruas para clamar pelo direito ao voto. Sendo um grande marco para o movimento sufragista.

No contexto brasileiro, a precursora da primeira onda e responsável por ações políticas que culminaram na criação de leis e conhecida mundialmente como a maior líder na luta pelo sufrágio, foi Bertha Maria Júlia Lutz, nascida em São Paulo no ano de 1894. Dentre seus feitos, no ano de 1922, Bertha Lutz fundou a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF) que pretendia promover a educação e profissionalização das mulheres, entre outras coisas.

Outro nome de destaque foi Leolinda Daltro, indigenista, educadora, feminista e natural da Bahia, que trilhou seu caminho pelos direitos indígenas, como a luta pela alfabetização e educação para que os povos indígenas fossem integrados na sociedade até que chegou na luta pelo sufrágio feminino. Daltro fundou o Partido Republicano Feminino, quebrou os padrões da época, já que as mulheres não tinham qualquer direito político.

Após muitas lutas, só em 24 de fevereiro de 1932, o movimento sufragista conquistou o direito ao voto, pelo Decreto-lei nº 21.076, do Presidente Getúlio

Vargas, que em seu artigo segundo estabelece-se que: "É eleitor o cidadão maior de 21 anos, sem distinção de sexo, alistado na forma deste Código" (BRASIL, 1932).

5.2.2 Segunda onda

A segunda onda feminista ocorreu em 1960 até meados de 1980. Movimento preocupado em compreender os motivos por que ainda existia a submissão das mulheres, pois os direitos foram conquistados na maioria dos países, mas a igualdade existente perante a lei só existia nos papéis, na prática não ocorriam. Com isso, surgiram três grandes pensadoras: Simone de Beauvoir, Carol Hanisch e Betty Friedan (CAMPOI, 2011).

Simone de Beauvoir, escritora, filósofa e mulher na vanguarda, foi de extrema importância, em seus escritos discutia diversas temáticas consideradas como tabu na época, como: sexualidade, erotismo, machismo, brutalidade masculina, sexismo, suicídio, prostituição, velhice e muitos outros. Beauvoir foi autora da grande obra "O segundo sexo", que trouxe diversas reflexões para o movimento feminista, como a existência e a essência da mulher (DUARTE, 2006).

Hanisch, jornalista e feminista radical, em seu famoso ensaio com a frase "O pessoal é político" referiu sobre como o problema da opressão não poderia ser visto apenas como um problema privado, mas sim como um problema político e de interesse público, a partir de discussões e grupos em que descobriu que os problemas pessoais são problemas políticos (HANISCH, 1969).

Enquanto Betty Friedan, estadunidense e ativista feminista tornou-se símbolo e referência na segunda onda do feminismo a partir de suas inquietações diante da insatisfação de muitas mulheres com suas vidas, enquanto as revistas da década de 50 camuflavam os motivos dessa infelicidade, Friedan escreveu seu livro "mística feminina", em que analisou o "problema sem nome", como dizia a mídia, em que as mulheres estavam se casando mais cedo, indo menos as universidades, dedicando-se ao lar, ao corpo ou ao rosto da moda e tinham como referência cada vez maior seus lares. Portanto, de acordo com suas provocações, aquelas mulheres que não sentiam uma mística realização limpando suas casas, não se sentiam ajustadas aos papéis feminilidade, esposa ou mãe (DUARTE, 2006). O livro causou rebuliço nos Estados Unidos, até que em 1966, em Washington, Betty Friedan

fundou uma conferência em que se constituiu a Organização Nacional de Mulheres (NOW). Teve sua vida repleta de militância, que foram de extrema importância para as discussões de gênero.

No Brasil, o ano de 1964 foi marcado pelo início da ditadura militar, um regime totalitário, época marcada por ausência de direitos, punições às manifestações, censura e proibição de jornais, revistas, livros, músicas e programas de televisão que eram subversivos ao governo. Apesar disso, como forma de resistência ao regime imposto pelos militares, surgiram diversas mobilizações, inclusive novas reivindicações em favor das mulheres, como a luta pelo direito ao corpo, direitos reprodutivos, questões de sexualidade, melhores condições trabalhistas, entre outras pautas (NICHNIG, 2007).

A partir desses movimentos surgiu uma nova concepção de mulher que busca seus direitos e valores, que sempre foram negados. Mulheres diferentes que viviam as opressões em diferentes aspectos da vida, e portanto, lutas diferentes. Essas diferentes formas, deram origem a diferentes reflexões e práticas feministas, como o feminismo radical, socialista, negro, entre outros.

Somente em 1975, os movimentos feministas passaram a ter maior visibilidade e ocupar espaços dentro do Estado, pois foi marcado pela Primeira Conferência Mundial sobre as Mulheres estruturada pela Organização das Nações Unidas (ONU), onde foi declarado o Ano Internacional das Mulheres. Em seguida, surgiram eventos importantes, como o Movimento Feminino pela Anistia (MFPA), grupos privados apoiados pela ONU, como também, criação de jornais feministas.

O período pós ditadura, marcado por movimentos sociais e redemocratização. Devido aos grandes números de agressões e violências contra mulheres, a partir de 1985, foram criadas as primeiras delegacias femininas, com a finalidade de proteger essas mulheres em condições de vulnerabilidade. De fato, essas delegacias não resolveram a questão da violência, mas foi um avanço. Além disso, houve a implementação do Programa de Atenção à Saúde Integral da Mulher, que envolvia planejamento familiar, sexualidade e aborto (COSTA; GUILHEM; SIVER, 2006). Sendo assim, as mulheres passaram a ter controle sobre sua fecundidade por meio dos contraceptivos e, portanto, conquistaram o poder sobre seus corpos.

5.2.3 Terceira onda

Na época de 1990 surge a terceira onda, que trouxe as diversidades femininas e suas demandas específicas, com bastante força e visibilidade para os movimentos negro e LGBT.

Feministas negras, latinas, lésbicas, proletárias fomentaram o debate feminista por todo o século XX, evidenciaram a diversidade dentro do feminismo e desconstruíram a categoria mulher. Devido ao avanço da tecnologia, esses grupos conquistaram grande visibilidade na década de 90, junto com as feministas brancas de classe média, que claro, eram colocadas em evidência pelas mídias tradicionais. Sendo assim, o uso das mídias sociais para conscientização e mobilização foi uma marca desta nova onda (ZIRBEL, 2021). Ainda, é importante destacar que as definições sobre ser mulher acompanharam o feminismo desde a primeira onda, a diferença se dá quando as feministas da terceira onda apropriam-se dos estereótipos, de condutas e símbolos que as da primeira onda haviam abandonado, com a intenção de defender a liberdade individual de cada mulher (FRANCHINI, 2017).

No seio da terceira onda Judith Butler desenvolve sua teoria de gênero, que lança sementes para diversas discussões que ultrapassam a visão binária e passa a configurar novas formas de se pensar identidade (NOGUEIRA, 2001). Em sua tese de doutorado, nos anos 90, oferece importantes elementos para as teorias feministas ao apontar as identidades de gênero, os mecanismos de poder, a compulsoriedade em torno da binaridade homem x mulher e da heteronormatividade (RIBEIRO; NOGUEIRA; MAGALHÃES, 2021).

Em 1989, Kimberlé Crenshaw introduziu o conceito de interseccionalidade, que reconhece que as mulheres estão sujeitas a fatores para além da discriminação de gênero. Noção que será amplamente discutida nos próximos capítulos.

5.2.4 Quarta onda (?)

Atualmente, o movimento feminista se configura como um reflexo de todas as transformações daquele feminismo predominantemente branco e de classe média, que hoje é amplo, múltiplo e possui diferentes inclinações, embora tenham um eixo em comum em todas elas. De acordo com Negrão, Prá e Toledo, “as feministas

destacam que a opressão de gênero, de etnia e de classe social perpassa as mais variadas sociedades ao longo dos tempos. Esta forma de opressão sustenta práticas discriminatórias, tais como o racismo, o classismo, a exclusão de grupos de homossexuais e de outros grupos minoritários” (apud NARVAZ; KOLLER, 2006, p. 87).

O feminismo é um movimento social, político e cultural, uma filosofia que reconhece que as experiências de homens e mulheres desde sempre foram diferentes e reivindica a equidade entre os gêneros, por meio de uma batalha histórica em torno de direitos, representatividade, tomada de consciência e rompimento com referências patriarcais. Para Garcia (2011):

O feminismo é uma lanterna que mostra as sombras de todas as grandes ideias gestadas e desenvolvidas sem a participação das mulheres e muitas vezes à custa das mesmas: democracia, desenvolvimento econômico, Estado de Bem-Estar Social, justiça, família, religião. As feministas empunham esta lanterna com orgulho por ser a herança de milhões de mulheres que partindo da submissão forçada— enquanto eram atacadas, ridicularizadas, vilipendiadas —souberam construir uma cultura, uma ética e uma ideologia nova e revolucionária para enriquecer e democratizar o mundo. (p.14)

Portanto, o feminismo se transforma e acompanha as necessidades de cada período histórico. A quarta onda vem se configurando a partir de questões atuais, como a tecnologia, redes sociais, discussões sobre corpo, visibilidade de questões trans e violências, alguns assuntos não resolvidos em outros momentos (PEREZ; RICOLDI, 2019).

5.3 RELAÇÕES DE GÊNERO

Durantes séculos, 'gênero' sempre teve relação direta com um caráter substancialmente social e cultural, com base no sexo e trazendo hierarquia nas relações entre homens e mulheres (SOIHET; PEDRO, 2007). A partir disso, diante da impossibilidade de classificar os sujeitos apenas como machos ou fêmeas, foi necessário que distinções entre sexo e gênero fossem atribuídas. O feminismo discute essa categoria adicionando as dimensões histórica da construção de gênero, relações de poder e as dimensões do sexo (SANTOS et al., 2016). Sendo assim, as historiadoras assumem que a teorização de gênero ao invés de ser motivada a apontar e modificar as desigualdades entre homens e mulheres, realiza análises sobre como as hierarquias de gênero são construídas e legitimadas (SCOTT, 1994).

Ainda hoje, muitas pensadoras precisam ressaltar essas diferenças a fim de diminuir o uso indiscriminado do conceito de gênero.

No final de 1989, Judith Butler, uma filósofa estadunidense, considerada uma das principais teóricas contemporâneas do feminismo e da teoria queer, publicou um livro intitulado "*Gender Trouble*" (*Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade*) que problematizou as discussões em torno do conceito de gênero dentro das discussões feministas, pois acreditava ser insuficiente para se pensar as diferentes formas de opressão apenas atribuindo a um corpo macho a construção de um gênero masculino ou a um corpo fêmeo a construção de um gênero feminino, ou seja, repletos de atribuições e expectativas, meninas e meninos devem assumir seus papéis na família e no trabalho. Porém, muitas pessoas sofrem com essas atribuições por não quererem atender àquelas expectativas. Ela questiona, destaca que somos atores sociais e podemos moldar nossas vidas e, portanto, sermos livres para construir nossas próprias atribuições de gênero.

Com isso, Butler propõe um deslocamento da crença de que o sexo biológico determina os papéis sociais e dos significados de feminino e masculino determinados por instituições heteronormativas. Portanto, um afastamento da heteronormatividade. Pois é possível que haja uma construção sexual a partir de qualquer corpo sexuado, pois nem todo sujeito é o seu gênero, mas todos têm seu

gênero.

Ainda, acredita que a liberdade de buscar diferentes expressões de gênero só pode ser garantida em uma sociedade que se recusa a aceitar a discriminação e a violência com base no gênero (BUTLER, 1990).

5.4 INTERSECCIONALIDADE

Por anos, a noção do que era ser mulher e a categoria 'mulher' era universal, como se fosse uma única identidade, diferenciada da de 'homem'. Mas com o passar dos tempos, mulheres negras, índias, trabalhadoras, pobres e outras, em sua maioria feministas, reivindicaram uma diferença dentro da diferença, pois apenas ser diferenciada do homem não era suficiente para explicá-las (PEDRO, 2005).

Apesar de muitos avanços, em meados do século XX o homem ainda aparecia como um sujeito universal, já que a ciência era pensada por homens e não tinha consciência em dar voz ou visibilidade para mulheres (PEREIRA, et al. 2019), portanto, a mulher é incluída na categoria do 'outro' dentro de uma totalidade, assim como referiu Simone de Beauvoir em seu livro "O segundo sexo". Diante disso Grada Kilomba (2008) reconduz o proposto por Beauvoir, referindo que quando se fala sobre a mulher negra, existem resquícios de racismo e da escravidão, portanto, fala-se do "outro" do outro:

Nesse esquema, a mulher negra só pode ser o outro, e nunca a si mesma. [...] Mulheres brancas tem um oscilante status, enquanto si mesmas e enquanto o "outro" do homem branco, pois são brancas, mas não homens; homens negros exercem a função de oponentes dos homens brancos, por serem possíveis competidores na conquista das mulheres brancas, pois são homens, mas não brancos; mulheres negras, entretanto, não são nem brancas, nem homens, e exercem a função de o "outro" do outro (apud PEREIRA et al, 2019).

Sendo assim, a perspectiva interseccional se faz presente a partir das lutas da 3º onda do feminismo, em que se começa a questionar o sujeito do feminismo e as questões relacionadas com suas multiplicidades, a partir de denúncias e inquietações de bell hooks em relação ao esquecimento das mulheres negras por parte de Betty Friedan, quando denunciou "o problema sem nome" fundamentando-o apenas nas jovens de classe média com formação que se ocupavam com as tarefas do lar quando casavam. Hooks afirma que essa cegueira frente ao racismo era o problema do feminismo branco (Apud NOGUEIRA, 2017).

Em 1989, o conceito de interseccionalidade foi sistematizado pela feminista norte-americana Kimberlé Crenshaw, com a intenção de permitir dar visibilidade as

múltiplas formas de 'ser mulher' sem cair no reducionismo de um princípio unificador comum e resvalar para um relativismo que desloca as relações de poder envolvidas nas diversas formas de opressão, transformando-as em mero objeto de disputa discursiva. Sendo assim, a partir dos anos 80 a oposição binária homem X mulher deixou de ser o único ponto de interesse e dividiu espaço com a dicotomia de gênero, considerando as diferenças entre as próprias mulheres.

No documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero Crenshaw refere:

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento (CRENSHAW, 2002, p.177).

Collins (2019) retrata em seu livro que a interseccionalidade não é um campo que pretende conservar a organização social, mas sim criticá-la e transformá-la, já que o racismo e o sexismo são sobretudo injustos. A interseccionalidade verifica como as experiências e os pontos de vista das populações que estão na base da estrutura social proporcionam caminhos diversos para abordar questões universais, como igualdade. Além de examinar como a interseccionalidade incentiva as pessoas a desafiar as hierarquias de poder existentes (apud GUIMARÃES, 2021).

Ou seja, é necessário pensar e articular as questões de gênero, raça, classe, sexualidade e diversas outras formas de opressão.

6 RESULTADOS E DISCUSSÕES

De modo a analisar as narrativas das entrevistadas, compreender seus contextos e subjetividades, este capítulo foi organizado em quatro categorias analíticas:

- Em primeiro lugar, a partir das discussões em torno do que é ser mulher na sociedade, destacar as *vulnerabilidades e potencialidades* vivenciadas por essas mulheres;
- Em segundo, situar a discussão de gênero e identificar as formas como os *papéis de gênero* impostos pela sociedade afetam de diferentes maneiras as vivências de múltiplas mulheres;
- Em terceiro, destacar o conceito de interseccionalidade e chamar atenção para o entrelaçamento entre *opressões e privilégios*;
- Em quarto e último, visualizar a *mulher como um sujeito de direitos*, que apesar de diversos avanços, ainda hoje enfrenta lutas diárias.

a) Ser mulher: cotidianos permeados por vulnerabilidades e potencialidades

Por anos, múltiplas mulheres foram silenciadas enquanto suas histórias eram narradas por homens, de forma homogênea e sem valorização de suas parcialidades, emoções, potencialidades e vulnerabilidades. Apesar das dificuldades presentes ainda hoje, é necessário que essa exclusão seja reparada (SCOTT, 1992).

Dito isso, partindo da perspectiva do construcionismo social, a fim de valorizar, reconhecer as subjetividades de cada uma das mulheres entrevistadas e entender como essas compreendem o mundo e a si mesmas (SPINK, 2010), foi pedido que elas se apresentassem antes das perguntas semiabertas, apresentações essas que desdobraram diversos assuntos envolvendo o que é ser mulher atualmente e que serão tratados no decorrer deste capítulo.

Ao longo das cinco entrevistas foi possível notar os diferentes ecos gerados pelas questões feitas pela pesquisadora e, compreender as semelhanças e diferenças entre as fragilidades e formas de enfrentamento que essas mulheres, moradoras da mesma comunidade, encontraram para viverem suas vidas.

Sendo assim, a primeira pergunta teve como finalidade compreender o que elas entendiam sobre o que é ser mulher na sociedade, que serviu como disparador para assuntos, como: liberdade, papéis de gênero, desvalorização, violência, desigualdades, direitos e discriminação.

A primeira entrevistada (E.) apresentou-se como uma mulher negra, de 35 anos, solteira, católica, trabalhadora doméstica, mãe de 3 filhos, com curso colegial incompleto, beneficiária do governo, que ama cozinhar e tem oito irmãos. Ela falou sobre a falta de liberdade que enfrenta em relação a questões pessoais, fato este vivenciado também por muitas mulheres, que sentem que não têm um espaço para si, o que demonstra como a múltipla jornada de trabalho e o estresse das lutas cotidianas, muitas vezes, resultam em abdicar de cuidados, sonhos e desejos pessoais (PINTO et al., 2011).

A entrevistada conta:

Igual eu mesma, o tempo que eu tenho está para os meus filhos, não tenho tempo de voltar para escola (...) ou eu volto para escola, ou eu cuido dos meus filhos com meu serviço, que é o dia todo, na hora que chega é filho e família (...) eu não tenho esse espaço, eu queria esse espaço, para aprender a ler e escrever, eu queria esse espaço para mim. (E., 35 anos)

A segunda (L.), apresentou-se como uma mulher negra, de 20 anos, que trabalha como operadora de caixa, estudante de direito, que adora ficar em casa e cuidar de crianças, mas não quer ser mãe. Em sua fala, destacou que ser mulher é ser guerreira e realista, mas enfatizou que é algo além do físico e dos papéis impostos pela sociedade:

(...) porque a gente tem uma ideia de mulher ser guerreira, mulher ser mãe (...) mas nem sempre é isso, muitas pessoas acham que para eu ser mulher eu preciso ser mãe e casar, mas não, para ser mulher nessa sociedade do jeito que a gente pensa e quer ser, é difícil, pois tem muito preconceito, tem

uma dificuldade econômica, de trabalho e de convivência com a família (...)
(L., 20 anos)

De acordo com Martins (1984), conforme o casamento e a maternidade foram deixando de fazer parte das finalidades exclusivas da vida das mulheres, outros anseios e ideais passaram a ser despertados na mulher moderna, de acordo com os ambientes e as camadas sociais.

Já a terceira entrevistada (U.), identificou-se como uma mulher parda, de 45 anos, católica, que estudou até a 5ª série, trabalha com "bicos", é mãe de três filhos, sendo a mais nova de dois anos, é muito comunicativa e gosta de cozinhar, lavar roupa, assistir novelas, arrumar o cabelo e suas unhas. Quando questionada sobre como é ser mulher na nossa sociedade, segundo sua percepção, responde:

(...) Muita gente acha que o lugar da mulher é na cozinha, limpando o chão, cuidando da casa, do marido e dos filhos, mas eu acho que a mulher pode ser o que ela quiser, uma motorista, então eu acho a nossa classe não valorizada. (U., 45 anos)

A quarta entrevistada (R.) tem 94 anos, apresentou-se como uma mulher negra, católica, líder comunitária, viúva, mãe de 9 filhos, pensionista, que estudou até a 4ª série, trabalhou até os 73 anos como cozinheira e quando mais nova cantava no coral da igreja. Sobre o tema, ela refletiu sobre as diversas formas de violências presentes atualmente:

Só que tem muita (...) violência com as mulheres (...) essa semana mesmo um cara matou uma menina tão bonita, é triste né? Muita violência, tudo tem violência!

Ainda, fez um paralelo com a época em que era mais nova:

Quando eu era mais nova era melhor, bem melhor! Não tinha tanta violência, tanto estupro, a gente nem ouvia falar nisso (...) (R., 94 anos)

Dito isso, a pesquisadora perguntou se a entrevistada acreditava que não existiam essas violências ou se não era falado. R. (94 anos) respondeu acreditar que não existia mesmo, pois era difícil escutar falar de estupro ou violências e completa:

Até porque antigamente as mulheres tinham que obedecer os maridos, tinha que aguentar o marido até o final ((risos)) mas acho que agora é melhor, pode largar! Antigamente era ruim, não sei se os maridos batiam (...) assim, eu acho que meu pai, graças a Deus, não batia na minha mãe, porque a gente não via (...) via a vizinhança ali e não tinha marido batendo em mulher, agora a gente vê até na rua, né? Eles batem nas mulheres na rua, matam as mulheres na rua (...)" (R., 94 anos)

Porém, violências e homicídios contra mulheres fazem parte da realidade e do imaginário brasileiro há séculos, segundo diversas literaturas, dramaturgia, notícias, músicas e estudos. Apesar de mais de trinta anos da existência do feminismo, crimes de gênero sempre ocorreram e continuam ocorrendo com muita frequência (BLAY, 2003).

A quinta entrevistada (A.) apresentou-se como uma mulher negra, de 59 anos, católica, sem filhos, solteira, que mora com sua mãe e sempre trabalhou em diversas áreas, a sua favorita era ser auxiliar de aderecista, mas seu sonho era fazer faculdade. Após refletir sobre a primeira pergunta, respondeu que em sua opinião as mulheres são discriminadas em diversos aspectos:

Tem muita discriminação (...) os direitos, tem muita desigualdade nos direitos das mulheres, em tudo, trabalho, família, em tudo! São discriminadas na escola, são discriminadas no serviço, na rua (...) na escola tem os racistas que discrimina, né? Discriminada na cor, na aparência, no gênero. (A., 20 anos)

Sendo assim, conhecendo um pouco da história, compreendendo a multiplicidade de todas essas mulheres e com o desejo de aprofundar mais questões pessoais que envolvem o feminino e permeiam seus cotidianos, foi pedido para que elas respondessem se estavam acostumadas a refletir ou conversar sobre essas questões que envolvem o ser mulher na sociedade e, se caso afirmativo, quais aspectos. As respostas foram divergentes e abordaram muitos temas, mas tiveram em comum o fato de que elas não costumam refletir sozinhas, apenas entre as suas e quando se deparam com acontecimentos propulsores que as levam a discutir, como notícias na televisão. A segunda entrevistada (L., 20 anos) destacou que muitas vezes as mulheres são tomadas por questões que são prioritárias em

suas vidas, como família, trabalho e sobrevivência, devido a isso acabam não tendo tempo ou espaço para refletirem e/ou discutirem sobre esses aspectos.

E. (35 anos), contou que quando as mulheres à sua volta estão juntas, costumam conversar umas com as outras sobre o que gostariam de ser ou fazer e que muitas vezes já pensou consigo mesma:

Ai meu Deus, por que minha mãe não me fez um filho homem? Para eu poder fazer o que meus irmãos faz, o que meus amigos faz, o que outros e outros faz. (E., 35 anos)

Mas aponta que em um determinado momento em sua vida percebeu que esses pensamentos eram um engano, pois todas as mulheres podem fazer o que quiserem. E. (35 anos) também comentou sobre os desejos sexuais das mulheres e o tabu masculino sobre o tema, ela diz:

Eu acho um absurdo que o homem fala que isso não é coisa de uma mulher (...) Porque que nós mulher não pode ter seus desejos de um sexo? Falam que quem faz isso é mulher de rua e isso é aquilo. (E., 35 anos)

Colocação esta que evidencia que os avanços e a modernidade não foram suficientes para apagar o imaginário de que o sexo por prazer seja um objeto de estigma e repressão na cultura brasileira (CHACHAM; MAIA, 2004, apud PARKER, 1991). Ressalta-se que estes estigmas sempre estiveram claros e direcionados, selecionando aqueles que têm direito de vivenciar suas sexualidades.

A segunda entrevistada (L., 20 anos) referiu que ao ver notícias costuma refletir se ser mulher é não ter escolhas:

Porque praticamente a gente fala que não quer mais um relacionamento abusivo e é morta, você veste uma roupa e você é estuprada e culpada por isso.

Além disso, devido às suas experiências costuma refletir questões que envolvem a mulher no contexto familiar e no mercado de trabalho.

A terceira entrevistada (U. 45 anos) costuma refletir e conversar sobre autoestima com sua irmã, acredita que ela precisa se valorizar mais e que as

mulheres precisam pensar alto e grande, para de alguma forma ajudar a si e a todos ao redor:

Dizem que 'ah, você tem um filho, você tem que ser jogada' (...) Não! Tem que se arrumar, sair e conquistar o que você quer, lutar pelo o que você quer, se for coisas melhores para você, seus filhos ou para comunidade toda no geral (...) (U., 45 anos)

U. também contou que direciona cobranças a si mesma, pois começou a trabalhar muito cedo, precisou cuidar de seus filhos e não pôde estudar, o que a impediu de "*ir mais longe*" (sic) e fazer uma faculdade.

A quinta entrevistada (A. 59 anos) costuma refletir e conversar com sua irmã e sobrinha sobre trabalho, escola, discriminações e *bullying*. Acrescenta que não dá muita importância para os cuidados pessoais, pois "*não passeio mais como antes*". (sic)

Portanto, de acordo com as narrativas dessas mulheres, falar sobre mulher na contemporaneidade é falar sobre um ceder ininterrupto de si mesma, sobre uma procura frequente pelo conhecimento de si mesma, sobre transformações, esforços por direitos, lutas cotidianas, buscas de inserções cada vez maiores nos aspectos econômicos, sociais, políticos e culturais.

Todas as participantes demonstraram, desde o início das entrevistas, serem mulheres críticas, pois assumiram seus incômodos frente a um fato histórico em que mais da metade da população foi e é excluída de diferentes maneiras, nas diferentes sociedades ao longo dos tempos (NOGUEIRA, 2017).

b) Papéis sociais, gênero e feminismo

Diante do surgimento de tal tema dentro das entrevistas, foi possível perceber com clareza como o determinismo biológico, crença que busca identificar e justificar as diferenças comportamentais, cognitivas e psicológicas entre pessoas restringindo-as a informações genéticas e neurofuncionais (ANDRADE, 2013), afeta de múltiplas formas as vivências dessas mulheres, como em seus locais de trabalho, contextos familiares e sociais.

E. (35 anos) narra experiências vividas em seu trabalho como doméstica:

No serviço, nois chega em uma casa para fazer o serviço ou em qualquer lugar e ficam chamando nós de (...) porque uma mulher não pode trocar uma lâmpada, porque isso não é serviço de mulher (...) claro que é serviço de mulher também. Tendeu? Eles acham que não é serviço de mulher. (E. 35 anos)

E completa:

Muitas amigas minhas já falaram que não iam fazer isso porque era serviço de homem (...) Na minha casa antiga, quem fazia tudo era eu e minha amiga falava 'Nossa você troca a lâmpada? Isso não é serviço seu, arranja um homem para fazer isso' e eu falava que o homem era eu! Não era bem que eu era um homem, é porque eu tenho o mesmo direito de fazer. (E., 35 anos)

A segunda entrevistada, L. (20 anos), referiu que, além da mulher não ser muito aceita e valorizada, grande parte da população é mãe solteira, que engravidou cedo e sofre ainda mais. Com base em suas experiências da época em que trabalhou na área de recursos humanos contou que:

Muitas empresas deixam de contratar a mulher porque ela tem filhos. Onde eu trabalho, minha patroa já falou que não queria contratar mulher porque ela iria ficar faltando. Mas nunca vi em uma entrevista de emprego perguntando para homens se eles tinham filhos e com quem ficariam no horário do serviço. (L., 20 anos).

Assim como, as entrevistadas referiram sobre vivências no âmbito familiar, L. relatou ao falar sobre maternidade:

Quando uma mulher engravida o filho é dela, a sociedade inteira tira a responsabilidade do pai (...) A gente não escuta que uma mulher foi embora e deixou o filho com o pai, e quando escuta é uma crítica em cima da outra, só que a gente não acha um absurdo quando um pai abandona um filho (...) Isso vem muito de como fomos criados e do impacto que a sociedade tem sobre a mulher. (L., 20 anos)

Juntamente, relatou que as mulheres são muitas vezes impedidas de realizarem feitos importantes, que a maioria desses impeditivos surgem dentro das casas, quando uma mulher é impedida de fazer suas próprias escolhas, como ir trabalhar e não consegue realizar seus sonhos, pois muitas vezes escuta que está sendo egoísta ou abandonando seus filhos e família.

Ainda, todas as entrevistadas relataram as diferenças entre as gerações. Segundo E. (35 anos), sua mãe não tinha direitos e sofria violência doméstica sem a possibilidade de se defender, pois naquela época a mulher era vista como um sujeito sem direitos, vontades e sentimentos: "*Achavam que mulher era só para ter filhos e cuidar da casa*", enquanto E. (35 anos) teve o direito de ir e vir, não querer mais ter filhos e fazer o que quer. E completou referindo que mulheres LGBTQIA+ também enfrentam muitos estigmas em todos os lugares, mas que possuem o direito à liberdade de amar e ser amada, portanto, devem ser respeitadas.

Além de destacar as diferenças entre os lugares ocupados pelas mulheres hoje e aqueles lugares a que elas eram sujeitadas, U. (45 anos), também discutiu que ainda hoje muitas mulheres aceitam imposições por parte de seus cônjuges e sofrem violência em silêncio.

Fatos que demonstram como a figura feminina e materna representa, ainda hoje, a reprodução de valores machistas e de subordinação por parte das mulheres (PINTO et al., 2011).

R. (94 anos), que viveu diversas mudanças, avanços e retrocessos, contou sobre a falta de liberdade que viveu desde sua adolescência, que partia de seu pai e em seguida de seu esposo. Ela mencionou sobre o sonho que tinha em ser artista e como toda essa privação a impediu de alcançá-lo, também lamentou sobre como viviam as mulheres:

Era uma pena, quantas mulheres queriam trabalhar e não podiam!? Eu mesmo queria, mas nunca trabalhei, porque ele não deixava (...) só tinha que ter filho, filho, filho ((risos)) as mulheres de antigamente tinham um monte de filho." (R., 94 anos)

Com isso, a partir de sua resposta envolvendo questões sobre maternidade, a pesquisadora perguntou se ser mãe fazia parte de seus sonhos e R. (94 anos) respondeu: *"Ah, era época (...) todo mundo tinha, pra mim tanto fazia.*

Sendo assim, foi possível observar a grande influência da cultura patriarcal na vida das mulheres a partir dos papéis construídos de gênero (BUTLER, 1990; WOLLSTONECRAFT, 1792).

c) Opressões e privilégios

No livro *Interseccionalidade e psicologia feminista*, Nogueira (2017) destaca que a interseccionalidade deu um nome a um compromisso teórico e político que sempre existiu e chama atenção para o entrelaçamento entre opressões e privilégios. A autora refere que é uma experiência maior que a soma do racismo e sexismo, que os sujeitos são multidimensionais em suas experiências vividas e acredita que as formas como as identidades são observadas, em camadas removíveis e separadas, geram generalizações abusivas.

Sobre isso, as entrevistadas discutem que de fato, passam e já passaram por situações que as fizeram ter certeza de que mulheres brancas, com boas condições econômicas, são *"mais bem vistas"* (sic) e possuem mais oportunidades do que mulheres negras e pobres. L. (20 anos), referiu que essas questões impedem muitas mulheres de conseguirem o que querem, pois logo de cara sentem o preconceito:

Quando uma mulher de classe alta conquista alguma coisa falam que ela veio de família, tentou e conseguiu. Quando é uma mulher negra e de classe média ou baixa, falam que conseguiu com bolsa de estudo ou por estar com algum homem, principalmente quando a mulher se envolve com um que tem um pouco mais de condição que elas (...) mas muitas vezes não! Ninguém vê que a mulher trabalhou em dois empregos, fez hora extra, foi vender bala em farol ou fazer qualquer coisa para tentar chegar ali e quando chega tem esse desmerecimento, muitas vezes da família, amigos e gente próxima. (L. 20 anos)

Segundo Marcinik e Mattos (2021), compreende-se a raça como uma construção social associada a um processo sócio-histórico, em que todas as

peessoas são racializadas, mas que dentro disso há esferas distintas. Por um lado, uma esfera que aponta pessoas racializadas, como negras e indígenas no Brasil, enquanto outra, não é marcada diariamente de forma discriminatória, como as pessoas brancas.

Todas as entrevistadas narraram acontecimentos preconceituosos que já enfrentaram ao longo da vida. U. (45 anos), referiu que mulheres com boas condições tem mais vantagens, pois não precisam se preocupar com emprego desde cedo, elas podem estudar e narra sua triste experiência que teve no local onde trabalhava, em que sua chefe, uma mulher branca com ótima condição financeira, pronunciava para ela: *"Eu mando e você obedece"*. Por tempos, U. (45 anos) sentiu-se ofendida e precisou se defender, dizendo: *"Que não era escrava dela e caso não fosse a negra ali, ela não teria uma louça lavada, não comeria e não seria nada"*, e acrescenta que estava ali pois precisava do dinheiro, mas não precisava ser humilhada, então se demitiu.

R. (94 anos), demonstrou fúria ao falar sobre racismo, destacou o quanto os negros sofreram na época da escravidão e o quanto deveriam ser elogiados atualmente, mas que infelizmente, não é o que acontece. Também fez uma reflexão histórica:

Os portugueses invadiram aqui e ainda tem cartaz aqui elogiando eles (...) eles matavam, judiavam, as mulher dos fazendeiros (...) os maridos abusavam das mulheres negras e as granfinas matavam os filhos das negras que faziam filho com os maridos. O racismo interfere até hoje, as mulheres são repudiadas, não tem liberdade, tem até lugar que o negro não entra (...)
(R., 94 anos)

Além disso, a entrevistada L. (20 anos), refletiu sobre representatividade:

Você vê algumas inspirações nossas na infância, em desenhos, como Sítio do Pica Pau Amarelo, a nossa maior inspiração era gente branca, você via umas negras ali, mas não era nos papéis tão importantes (...) desenho estrangeiro também, é branco, eles põe um ou dois ali para falar que tem, tipo carrossel, o Cirilo, que é apaixonado pela branca e é humilhado, sempre é um papel secundário que não tem tanta importância. (L., 20 anos)

Logo, é possível observar como a representatividade acomete a vida das pessoas, sendo necessário que exista a representatividade como uma ferramenta e um aliado importante de combate ao racismo.

d) Mulher como sujeito de direitos

A partir dos movimentos sociais e a expansão do feminismo pelo mundo, mulheres com vivências e situações sociais distintas, que viviam opressões também de formas diferentes, passaram a libertar-se. Para algumas, essa liberdade tinha relação direta com a sexualidade, para outras com o casamento e o ambiente doméstico, para as trabalhadoras, o sistema econômico, e assim por diante.

Dito isso, as questões colocadas até agora geram inquietações sobre o feminismo ter sido inventado para e por quem. Quem são as mulheres que possuem direitos? Sabe-se que mulheres racializadas lutam há muito tempo para serem reconhecidas como mulheres, como seres humanos, assim como mencionada a Sojourner Truth (MARCINIK; MATTOS, 2021; NOGUEIRA, 2001; DAVIS, 2016).

Sobre isso, de acordo com as vivências das mulheres entrevistadas, todas elas abordaram o tema do trabalho como um dos mais relevantes em suas vidas. A.(59 anos) conta:

Se eu resumisse em poucas palavras a vida das mulheres seria aos trancos e barrancos ((risos)) É algo constante, as mulheres precisam lutar para sobreviver, porque se não lutar, não sobrevive (...)

Essas lutas diárias muitas vezes colocam determinadas mulheres em situações de difíceis escolhas, como a própria experiência de A. (59 anos), devido ao contexto que vivia e a necessidade de trabalhar para sobreviver não pode dar continuidade aos seus estudos e realizar seu sonho de entrar em uma universidade, sobre isso ela reflete:

(...) Ou trabalha para se sustentar ou estuda e não se sustenta, então é aí que elas não realizam os sonhos (...) eu tive essa escolha, eu estudei até o ginásio, quando eu 'tava' na 5ª série (...) porque eu só estudava, né? Não trabalhava (...) aí quando eu tava na 5ª série tive que trabalhar, ou trabalhava ou estudava. Parei os estudos e fui trabalhar. (A., 59 anos)

Falta de estruturas, apoio, oportunidade e condições levam a essas difíceis escolhas. L. (20 anos), contou sobre o compromisso que ela e as mulheres de sua família têm em cuidar da filha de sua tia, que trabalha todos os dias da semana, e apontou as dificuldades que muitas mulheres enfrentam:

Muita mulher não tem estrutura, aquela base, quando não tem aula ou creche (...) não tem nenhum apoio do governo, porque assim, nenhuma creche é integral e de final de semana não tem, nas férias eles mandam para escolas longe, às vezes 'precisa' pagar perua e as mães não têm condição, pois pagam aluguel, aí eles dão um auxílio Brasil, que antes era o Bolsa Família, mas não ajuda, porque ninguém sobrevive só com 600 reais, só o aluguel é 600 ou 700 reais. (L., 20 anos)

Além disso, sabe-se sobre a luta pela inserção, acesso a direito e condições dignas de trabalho para mulheres, sendo necessário destacar o abismo entre as opressões de mulheres brancas de classe média que lutavam pela sua inserção, enquanto mulheres negras sempre estiveram no mercado de trabalho, atuando em cargos não valorizados e sem reconhecimento financeiro expressivo (SIQUEIRA; BUSSINGUER, 2020; DAVIS, 2016).

Sobre isso, R. (94 anos) disse:

As mulheres que eu conheci sempre trabalharam, né? A gente morava em Campinas e trabalhava nas fábricas, todas trabalhavam (...) tinham lavadeiras, porque não tinha tanto emprego assim igual as diaristas (...) mas assim, eu trabalhei como empregada quando meu marido faleceu! As mulheres trabalhavam muito como empregadas, lavavam roupas, minha mãe mesmo trabalhou com isso (...), mas a gente sempre trabalhou.

E. (35 anos), também contou sobre sua história, apontou os preconceitos enfrentado por mulheres negras, mulheres acima dos quarenta anos e mulheres sem estudos no mercado de trabalho:

Tem hora que eu me arrependo de não ler e escrever por causa disso, porque muito lugar até hoje, eu mulher não consigo ter vaga de um emprego

digno por causa disso, acham que nois que não sabe ler e nem escrever mulher, tem que continuar limpando chão, banheiro, na cozinha de um restaurante ou de qualquer pessoa.

Dessarte, é possível notar que apesar dos avanços, ainda hoje há uma enorme precarização do trabalho feminino que gera diversas consequências, sobretudo para mulheres negras e de classe social baixa.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De forma a elucidar o problema de pesquisa, que foi o estímulo deste estudo, as narrativas de mulheres de diferentes gerações possibilitou notar como as lutas de incansáveis mulheres ao longo da história refletiram, e refletem, nas múltiplas possibilidades de ser, o que foi explicitado nas reflexões sobre potencialidades e fragilidades, liberdade, família, relacionamentos, trabalho, estudos, direitos, discriminações, violência, lutas, desejos e sonhos. Quanto aos objetivos definidos para esta pesquisa, entende-se que o referencial teórico-metodológico adotado, com base na Psicologia Social, com o uso de entrevistas semiestruturadas que aconteceram na comunidade em que as participantes residem, somada a uma postura interessada e colaborativa das mulheres e da Associação (Instituição Coparticipante), contribuíram para os resultados obtidos e as reflexões realizadas ao longo da produção da pesquisa e relatório.

É evidente que o passar dos anos acarretaram diversas evoluções, como maior controle de seus corpos e vontades, expansão de ideias, pensamentos, comportamentos, julgamentos, direitos, espaços de fala e vivências, porém, ainda há muito que ser repensado. Os resquícios do patriarcado e do machismo estrutural, característico da nossa civilização, ainda geram muito sofrimento para diversas mulheres.

Infelizmente, devido aos papéis impostos pela cultura e sociedade, como ressaltado ao longo do estudo, muitas mulheres são levadas a abdicarem de si, de seus sonhos, desejos e espaços pessoais em prol de lutas diárias de sobrevivência ou cuidado do outro. É doloroso perceber e escutar essas angústias, pois além de tudo, sabe-se quais são as mulheres que experienciam essas circunstâncias que as impedem de refletirem sobre suas próprias ambições. As narrativas e o conceito de interseccionalidade nos convidam a retirar as vendas que nos cegam diante de tais questões e nos levam à compreensão de que há diferença dentro da diferença.

Portanto, é necessário que se amplie cada vez mais as oportunidades, os espaços de discussões, autoconhecimento e valorização das subjetividades, para que assim, mulheres, de todas as idades, contextos sociais e raça possam conhecerem a si mesmas, contarem suas próprias histórias, terem autonomia e serem críticas frente a opressões e desigualdades.

Além disso, sabe-se da responsabilidade de toda a sociedade e da necessidade de reparações históricas, portanto, é preciso que as opressões sejam entendidas enquanto problemas sociais, políticos e de interesse público, para que, assim, seja possível construir uma sociedade que amplie discussões que ainda não foram resolvidas e se recuse a aceitar essas discriminações e violências com base no gênero.

Espera-se que este estudo contribua para reflexão das participantes, incentive novas pesquisas, colabore na ampliação das discussões sobre o feminino em todos os contextos, para que mulheres encontrem formas de conhecerem a si mesmas e reconhecerem suas potencialidades cada vez mais, além disso, que coopere para formação de práticas profissionais da Psicologia, que precisa sempre mostrar-se implicada e crítica na leitura, entendimento e intervenções psicossociais a fim de contribuir para mudanças sociais.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Heloisa Buarque de. **Gênero**. 2016. Disponível em: <https://www.blogs.unicamp.br/mulheresnafilosofia/genero/>. Acesso em 20 mai. 2022.

ANDRADE, Francisco Leal de. Determinismo e sexismo: representações de docentes de biologia do ensino médio sobre diferenças entre homens e mulheres. In: Seminário internacional fazendo gênero, 10, 2013. Florianópolis. **Anais eletrônicos**. Disponível em: http://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1372874466_ARQUIVO_TrabalhocompletoFG10FranciscoAndrade.pdf. Acesso em: 27 mai. 2022.

BARATA, RB. Como e por que as desigualdades sociais fazem mal à saúde. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2009. **Temas em Saúde collection**. 120 p. ISBN 978-85-7541-391-3. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/48z26/pdf/barata-9788575413913.pdf>. Acesso em: 09 dez. 2021.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**: Ed. 5ª. [S.L]: **Nova Fronteira**, 2019. 904 p. (Trabalho original publicado em 1948)

BUTLER, Judith. **Gender Trouble**: Feminism and the subversion of identity. New York: Routledge, 1990. Disponível em: http://lauragonzalez.com/TC/BUTLER_gender_trouble.pdf. Acesso em: 01 jun. 2022.

Blay, Eva Alterman. Violência contra a mulher e políticas públicas. **Estudos Avançados**. 2003, v. 17, n. 49, pp. 87-98. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142003000300006>. Acesso em: 09 out. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 21.076**, de 24 de fevereiro de 1932.

BRASIL. Censo Brasileiro de 2020. BRASIL, 2020. **Instituto brasileiro de geografia e estatística. (IBGE).**

CAMPOI, Isabela Candeloro. "Direitos das mulheres e injustiça dos homens" de Nísia Floresta: literatura, mulheres e o Brasil do século XIX. **História**, Franca, v. 30, n. 2, p. 196-213, dez. 2011. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-90742011000200010. Acesso em: 31 mar. 2021.

COSTA, Ana Maria; GUILHEM, Dirce; SILVER, Lynn Dee. Planejamento familiar: a autonomia das mulheres sob questão. **Revista Brasil. Saúde Materna Infantil**. v. 6, n. 1, p. 75-84, mar. 2006. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1519-38292006000100009&script=sci_abstract&lng=pt. Acesso em: 01 abr. 2021.

CURADO, J. C e JACÓ-VILELA, A. M. Estudos de gênero na psicologia (1980-2016): Aproximações e distanciamentos. **Psicologia: Ciência e Profissão**, 41, 1-16. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003219132>. Acesso em: 02 nov. 2021.

COLLING, M, A. Tempos diferentes, discursos iguais: a construção do corpo feminino na história. **Anais**. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2014. 114p. Disponível em: <https://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/bitstream/prefix/2648/1/tempos-diferentes-discursos-iguais-a-construcao-historica-do-corpo-feminino-ana-maria-colling-1.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2021.

CRENSHAW, Kimberle. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**. [S.L], 2002, 10 vol. 1. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2022.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: **Boitempo**, 2016.

DE GOUGES, Olympe. **Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã**. Brasil: **Edições Câmara** (14 de dezembro de 2021)

DUARTE, Ana Rita Fonteles. Betty Friedan: morre a feminista que estremeceu a América. **Revista estudos feministas**. Florianópolis, v. 14, n.1, p. 287-293, jan./abr. 2006. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X20060001000. Acesso em: 12 jun. 2022.

FARIA, Nalu; NOBRE, Miriam. O que é ser mulher? O que é ser homem? Subsídios para uma discussão das relações de gênero. In: Coordenadoria especial da mulher (org.). **Gênero e educação: caderno para professores**. São Paulo, Secretaria Municipal de Educação, 2003, pp. 29-42. Acesso em: 16 abr. 2022.

FAVERIN, Emily et al. Hegemonia do patriarcado numa perspectiva etológica e outros sistemas sociais contemporâneos. **Psicologia USP**, 2022, v. 33. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-6564e220039>. Acesso em: 12 out. 2022.

FRANCHINI, B. S. O que são as ondas do feminismo? In: **Revista QG Feminista**. 2017. Disponível em: <https://medium.com/qg-feminista/o-que-s%C3%A3o-as-ondas-do-feminismoeeed092dae3a>. Acesso em: 20 nov. 2021.

FRANCO, Sansigolo, KERR, Ligia Regina e KENDALL, Carl. A pesquisa qualitativa em saúde. **Revista Rene**. 2013, 14(6), 1061-1063. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=324029419001>. Acesso em: 07 dez. 2021

GARCIA, Carla Cristina. **Breve história do feminismo**. São Paulo: Ed. **Claridade**, 2011.

GUARESCHI, Neuza. Pesquisa em psicologia social: de onde viemos e para onde vamos. In Rivero, org. **Psicologia social: estratégias, políticas e implicações**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. pp. 86-95. Disponível em:

<https://books.scielo.org/id/gbqz7/pdf/rivero-9788599662861-09.pdf>. Acesso em: 12 dez de 2021.

GUIMARÃES, Nadya Araújo. Entrevista com Patricia Hill Collins. Boitempo Editorial. **Tempo Social**. 2021, v. 33, n. 01, pp. 287-322. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2021.174340>. Acesso em: 14 out. 2022.

GURGEL, Telma. Feminismo e luta de classe: História, movimento e desafios teórico-políticos do feminismo na contemporaneidade. **Anais**. In: Fazendo gênero, 9, Rio Grande do Norte: Frei, 2010. Disponível em: http://www.fg2010.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1277667680_ARQUIVO_Feminismoelutadeclasse.pdf. Acesso em: 23 abr. 2022.

GODOY, Arilda S, Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades, In **Revista de Administração de Empresas**, v.35, n.2, Mar./Abr. 1995, p. 57-63. Pesquisa qualitativa. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/jrae/a/ZX4cTGrqYfVhr7LvVyDBgdb/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 07 dez. 2021.

GONÇALVES, Rita de Cássia; LISBOA, Teresa Kleba. Sobre o método da história oral em sua modalidade trajetórias de vida. **Revista Katál**. Florianópolis, v. 10, p. 83-92, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/VzGmzYXDPdxPgthrfPL4tVP/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 7 dez. 2021.

HANISCH, Carol. **O pessoal é político**. [S.L]: Tradução Livre, Fevereiro, 1969.

JUNG, Carl Gustav. **Os arquétipos e o inconsciente coletivo**. Petrópolis: **Vozes**, 2016.

KERR, Franco Sansigolo; KENDALL, Ligia Regina Carl. A pesquisa qualitativa em saúde. **Revista Rene**. 2013, 14 (6), 1061-1063. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=324029419001>. Acesso em: 07 dez. 2021.

KILOMBA, Grada. **Plantation memories**: episodes of everyday racism. Münster: **Unrast**, 2008.

LERNER, Gerda. A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens. São Paulo: **Cultrix**, 2019. Disponível em: <https://mulherespaz.org.br/site/wp-content/uploads/2021/07/criacao-patriarcado.pdf>. Acesso em: 12 out. 2022.

LINHARES, Juliana. Marcela Temer: bela, recatada e “do lar”. **Revista Veja**. 2016. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/marcela-temer-bela-recatada-e-do-lar/>. Acesso em: 02 jun. 2022.

MARCINIK, G. G.; MATTOS, A. R. Movimentos feministas e relações raciais intragênero: entre a luta e a opressão. **Revista Polis e Psique**, [S. l.], v. 11, n. 1, p. 162–182, 2021. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/index.php/PolisePsique/article/view/108015>. Acesso em: 9 out. 2022.

MARTIN, M. C. F. Satisfação no trabalho: elaboração de instrumento e variáveis que afetam a satisfação (**Dissertação de Mestrado**). 1984. Brasília: Universidade de Brasília - Instituto de Psicologia.

MOREIRA, Daniel Augusto. Algumas variantes do método fenomenológico na pesquisa empírica. In: MOREIRA, Daniel Augusto. **O método fenomenológico na pesquisa**. São Paulo: Pioneira, 2002. p.117-126.

MORGANTE, Mirela Marin; NADER, Maria Beatriz. O patriarcado nos estudos feministas: um debate teórico. In: Encontro regional de história ANPUH-RIO, 16, 2014, [S.L]. **Anais eletrônicos**. Disponível em: http://www.encontro2014.rj.anpuh.org/resources/anais/28/1399953465_ARQUIVO_textoANPUH.pdf. Acesso em: 12 out. 2022.

NARVAZ, Martha Giudice e KOLLER, Sílvia Helena. Metodologias feministas e estudos de gênero: articulando pesquisa, clínica e política. **Psicologia em Estudo**.

2006, v. 11, n. 3, pp. 647-654. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-73722006000300021>. Acesso em: 13 jun. 2022.

NICHNIG, Claudia Regina. Resistência e opressão: a segunda onda do movimento feminista no Brasil e as alterações no direito das mulheres. **XI Jornadas Interescuelas/Departamentos de História**. 2007. Universidad de Tucumán, San Miguel de Tucumán. Acesso em: 17 mai. 2022.

NOGUEIRA, Conceição. **Interseccionalidade e Psicologia Feminista**. Salvador: **Devires**, 233 p, 2017.

NOGUEIRA, Conceição. Feminismo e discurso do gênero na psicologia social. **Revista Psicologia & Sociedade**, v.13, p.107-128, 2001.

ONU. **Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial Sobre a Mulher**. Pequim 1995. Disponível em: https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/03/declaracao_beijing.pdf. Acesso em: 14 abr. 2021.

OTTO, Claricia. O feminismo no Brasil: suas múltiplas faces. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 238-241, maio/ago. 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2004000200015. Acesso em: 30 mar. 2020.

PARKER, Richard. **Corpos, prazeres e paixões: cultura sexual no Brasil contemporâneo**. São Paulo: **Best Seller**. 1991.

PEDRO, Joana Maria. **Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica**. São Paulo, 2005, v. 24, n. 1, p. 77-98.. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-90742005000100004>. Acesso em: 14 jun. 2022.

PEREIRA, Geisa Ferreira *et al.* A influência da estrutura patriarcal na construção da emancipação feminina na sociedade contemporânea. In: Semana de mobilização científica, 22, 2029, Salvador. **Anais**. Salvador: Semoc, 2019. p-1.10. Disponível em:<http://ri.ucsal.br:8080/jspui/bitstream/prefix/1339/1/A%20influência%20da%20est>

rutura%20patriarcal%20na%20construção%20da%20emancipação%20feminina%20na%20sociedade%20contemporânea.pdf. Acesso em: 18 jul. 2022.

PEREZ, Olívia Cristina; RICOLDI, Arlene Martinez. A quarta onda feminista: interseccional, digital e coletiva. IN: **Congresso Latino-Americano de ciência política (ALACIP)**, 5º, 2019, [S.L]. Disponível em: <https://alacip.org/cong19/25-perez-19.pdf>. Acesso em: 12 out. 2022.

PINTO, Rosa Maria Ferreiro et al. Condição feminina de mulheres chefes de família em situação de vulnerabilidade social. **Serviço Social & Sociedade**. 2011, n. 105, pp. 167-179. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-66282011000100010>. Acesso em: 7 out. 2022.

RABELO, Ana M. P.. 1922 - 2022: Cem anos do sufrágio feminino no Brasil. [S.L.] **Princípios**. 2022, v. 41, n. 163, p. 96-117. **Editora Cubo**. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.4322/principios.2675-6609.2022.163.004>. Acesso em: 25 abr. 2022.

RIBEIRO, Diana; NOGUEIRA, Conceição; MAGALHÃES, Sara Isabel. As ondas feministas: continuidades e descontinuidades no movimento feminista brasileiro. **Revista de Ciências Humanas e Sociais**. [S.L], 2021. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/136148/2/496080.pdf>. Acesso em: 30 mai. 2022.

SANTOS, Luana Carola dos, et al. Gênero, feminismo e psicologia social no Brasil: análise da revista psicologia & sociedade (1996-2010). **Psicologia & Sociedade**. 2016, v. 28, n. 3, pp. 589-603. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-03102016v28n3p589>. Acesso em: 12 out. 2022.

SCOTT, Joan W. Prefácio a Gender and Politics of History. **Cadernos Pagu**, n.3, Desacordos, desamores e diferenças. Campinas: Pagu Núcleo de Estudos de Gênero, 1994.

SCOTT, Joan Wallach. História das mulheres. In. BURKE, Peter (org) A escrita da História. **Novas perspectivas**. São Paulo: Unesp. 1992. p.63-9S. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4468957/mod_resource/content/1/História%20das%20Mulheres%20Joan%20Scott.pdf. Acesso em: 23 mai. 2022.

SIQUEIRA, Carolina Bastos de; BUSSINGUER, Elda Coelho de Azevedo. As ondas do feminismo e seu impacto no mercado de trabalho da mulher. São Paulo: **Revista Thesis Juris**. 2020, v. 9, n. 1, p. 145-166. Disponível em: <https://doi.org/10.5585/rtj.v9i1.14977>. Acesso em: 02 set. 2022.

SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da história das mulheres e das relações de gênero. **Revista Brasileira de História**. 2007, v. 27, n. 54, pp. 281-300. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-01882007000200015>. Acesso em: 23 mai. 2022.

SPINK, Marry Jane. **Linguagem e produção de sentido no cotidiano**. Rio de Janeiro: **Centro edelstein de pesquisas sociais**, 2010.

VILLAMÉA, Luiza. Como derrubar um governo. **Revista Brasileiros**, v. 109, p. 26-38, 2016.

WOLLSTONECRAFT, Mary. Reivindicação dos direitos da mulher. [S.L]: **Boitempo**, edição comentada. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4545865/mod_resource/content/1/Reivindica%20dos%20direitos%20da%20mulher%20-%20Mary%20Wollstonecraft.pdf. Acesso em 21 abr. 2022.

ZIRBEL, Ilze. Ondas do feminismo. **Blogs de ciência da Universidade Estadual de Campinas: Mulheres na filosofia**. V. 7, N. 2, 2021, p. 10-31. Disponível em: <https://www.blogs.unicamp.br/mulheresnafilosofia/ondas-do-feminismo/>. Acesso em: 25 mai. 2022.

APÊNDICES

APÊNDICE A- Termo de consentimento livre e esclarecido

CENTRO UNIVERSITÁRIO SÃO CAMILO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Cara Participante:

Gostaríamos de convidá-la a participar como voluntária da pesquisa intitulada “Um olhar psicossocial sobre as concepções do feminino na sociedade: um estudo com mulheres de diferentes gerações moradoras de uma comunidade da zona Oeste da cidade de São Paulo” que se refere a um projeto de Trabalho de Conclusão de Curso da participante Fernanda Aparecida Belem Bizarro da Graduação, o qual pertence ao Curso de Psicologia do Centro Universitário São Camilo-SP.

O objetivo principal deste estudo é compreender como as concepções do feminino, construídas ao longo da história, refletem nas múltiplas possibilidades de ser mulher no mundo contemporâneo.

Os resultados contribuirão para termos uma melhor compreensão sobre como é ser mulher na nossa sociedade.

Sua forma de participação consiste em nos dar uma entrevista com sua opinião sobre como vivem, pensam e se sentem mulheres de diferentes gerações na nossa sociedade. A entrevista será de aproximadamente 50 minutos e, com seu consentimento, será gravada para depois fazermos uma transcrição da nossa conversa e para a análise dessas informações.

Não será cobrado nada e não haverá gastos, decorrentes de sua participação, se houver algum dano decorrente da pesquisa, o participante será indenizado nos termos da Lei.

Considerando que toda pesquisa oferece algum tipo de risco, nesta pesquisa o risco pode ser avaliado como baixo, pois ao falar da sua experiência há possibilidade de que você se sinta desconfortável com o assunto da entrevista ou por falar de algo que tenha lhe causado sofrimento. Você poderá se recusar a

responder qualquer uma das perguntas da entrevista se isso lhe causar algum desconforto ou constrangimento. Caso seja necessário, você poderá ser encaminhada para atendimento psicológico, com garantia de gratuidade, no Serviço de Psicologia do Centro Universitário São Camilo (Clínica Escola - Rua Raul Pompeia, 144 - Vila Pompeia. São Paulo - SP. Fone: (11) 33553929).

Entende-se que você terá como benefício, ao participar desta pesquisa, a possibilidade de reflexão sobre as vivências de como é ser mulher na nossa sociedade, as dificuldades e possibilidades encontradas para realizar os planos da sua vida. Ao final da pesquisa você poderá ter acesso aos resultados da pesquisa.

Gostaríamos de deixar claro que sua participação é voluntária e que poderá recusar-se a participar ou retirar o seu consentimento, ou ainda descontinuar sua participação se assim o preferir, sem penalização alguma ou sem prejuízo ao seu cuidado.

Desde já, agradecemos sua atenção e participação e colocamo-nos à disposição para maiores informações.

Esse termo terá suas páginas rubricadas pela pesquisadora principal e será assinado em duas vias, das quais uma ficará com o participante e a outra com a pesquisadora principal. Vanda Lúcia Vitoriano do Nascimento. Endereço: Rua Raul Pompéia 144– Pompéia, São Paulo – SP. Telefone: (11) 3039-7900 ou (11) 992322277, e-mail: vanda.nascimento@prof.saocamilo-sp.br

Se você tiver alguma consideração ou dúvida sobre a ética da pesquisa, poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa na rua Raul Pompéia, 144 – Pompéia-SP ou pelo telefone: 3465 2654 ou e-mail: coep@saocamilo-sp.br

São Paulo, ____ de ____ de _____

(Assinatura da participante de pesquisa)

(Assinatura da pesquisadora)

(Assinatura da pesquisadora responsável)

APÊNDICE B- Roteiro da entrevista semiestruturada

Nome, idade, cor/raça (percepção da entrevistada) estado civil, filhos, religião, profissão, trabalho atual, escolaridade, renda familiar e individual.

1. Na sua percepção, como é ser mulher na nossa sociedade?
2. Você costuma refletir ou conversar sobre questões que envolvem o que é ser mulher na nossa sociedade? Se sim, sobre qual aspecto você reflete ou conversa mais?
3. Como você vê a situação das mulheres na nossa sociedade? E na sua comunidade?
4. Na sua opinião, houve mudanças dessa situação ao longo dos anos para as diferentes gerações de mulheres? Se sim, você poderia dar um exemplo?
5. Na sua opinião, há diferença e/ou semelhanças para as mulheres de diferentes idades, raças, classe socioeconômica e estado civil conseguirem realizar seus projetos de vida? (estudo, trabalho, família, outros) Se sim, você poderia dar um exemplo?
6. Você conhece alguma mulher que já viveu uma situação em que o sexo biológico interferiu na vida dela e a impediu de realizar algo importante para ela? Se sim, você poderia comentar ou dar um exemplo?
7. Você já viveu alguma situação em que o seu sexo biológico dificultou ou lhe impediu de realizar algo importante? Se sim, você poderia comentar ou dar um exemplo?
8. Você gostaria de acrescentar alguma informação que não tenha te perguntado?
9. Você gostaria de perguntar alguma coisa?
10. Você gostaria de conhecer os resultados dessa pesquisa? (combinar como será dada a devolutiva).
11. Agradecimentos.